



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda  
realizada em 30 de outubro de 2020**

----- Aos trinta dias do mês de outubro, do ano dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas, no Centro de Artes de Águeda, teve lugar a terceira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- **1. Período da Ordem do Dia:-----**
- **1.1 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Fiscalidade do Município de Águeda para o ano de 2021;-----**
- **1.2 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para aprovação do Programa Municipal de Apoio Extraordinário e Temporário nas áreas da Educação, Juventude, Desporto, Cultura e Ação Social.-----**
- **1.3 Apreciação e votação da Autorização Prévia da Assembleia Municipal, de acordo com o artigo 6º. da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro – Assunção de Compromissos Plurianuais, para:-----**
- **1.3.1 Atribuição de apoios no âmbito do Código Regulamentar do Município de Águeda -Associativismo Cultural, Recreativo e Juvenil (F1);-----**
- **1.3.2 Atribuição de apoios no âmbito do Código Regulamentar do Município de Águeda – Associativismo de Solidariedade Social (F3);-----**
- **1.3.3 Concurso Público com publicação em JOUE - Aquisição de Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos a destino final pelas entidades que integram o Agrupamento de Entidades Adjudicantes composto pelos Municípios de Estarreja, Águeda, Murtosa e Sever do Vouga – CpubS\_AEA\_001/2020;-----**
- **1.3.4 Concurso Público sem Publicidade Internacional para Aquisição de Serviços de Monitorização da Declaração Ambiental (DA) do Plano Diretor Municipal de Águeda (PDM) e Elaboração do Relatório Ambiental para a 2.ª Alteração à 1ª Revisão do PDM - AP/DAF/SERV- 170/19 - Assunção do compromisso plurianual da prestação de serviço.-----**
- **1.4 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Valongo do Vouga no âmbito do evento “Festas da Vila” 2020;-----**
- **1.5 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para Concessão de Apoio Extraordinário à União de Freguesias de Recardães e Espinhel;-----**
- **1.6 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração da deliberação do Executivo Municipal de 07/07/2020 que aprovou a concessão do apoio financeiro à Junta de Freguesia de Macinhata do Vouga;-----**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **1.7 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Contrato Interadministrativo com a União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira, no âmbito dos transportes escolares;**-----

----- **1.8 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de retificação de documento anexo à proposta 353/2020 - Alteração estatutos da AMC – Vouga, Associação de Municípios do Carvoeiro – Vouga.**-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal, pelas vinte e uma horas, declarou aberta a terceira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal. -----

---- A sessão foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia, Brito António Rodrigues Salvador, que saudou os presentes, bem como todos os que acompanhavam a sessão através dos canais de comunicação, nomeadamente a Águeda TV, desejando a todos um excelente trabalho.-----

---- O Senhor Presidente da Assembleia, foi secretariado pelas Senhoras Secretárias **Cristina Paula Fernandes da Cruz e Daniela Carina Mendes** -----

----- **Participaram nesta sessão os seguintes Membros da Assembleia Municipal:** -----

---- Brito António Rodrigues Salvador – Juntos; -----

---- Carlos Guilherme da Silva Nolasco – PSD; -----

---- Carla Eliana da Costa Tavares – PS; -----

---- Maria de Fátima Sampaio e Silva – PSD; -----

---- João Carlos Fernandes Figueiredo – Juntos; -----

---- Cristina Paula Fernandes da Cruz – Juntos; -----

---- José António Parada Figueira – PSD; -----

---- Manuel Augusto de Almeida Farias – PS; -----

---- Pedro Miguel Alpoim Marques – Juntos; -----

---- Luís Armando Ferreira Pina Figueiredo – Juntos; -----

---- Carlos Filipe Correia de Almeida – PSD; -----

---- Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS; -----

---- Isabel Cristina Correia Ferreira – PS; -----

---- Daniela Carina Mendes – Juntos; -----

---- Hilário Manuel Ferreira dos Santos – PSD; -----

---- Armando Paulo de Almeida Galhano – Juntos; -----

---- Cristóvão Duarte da Silva Leal – PS; -----

---- Humberto José Tavares Moreira – Juntos; -----

---- Ana Rita Brito Carlos – PSD; -----

---- Maria João Marques Tavares – Juntos; -----

---- Elisa Maria Pires Almeida – PS; -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Andreia Fernandes Gonçalves – PS; -----

----- **Compareceram igualmente à Sessão os seguintes Presidentes de Junta/União de Freguesia (PJF):** -----

----- Irene Henriques – Tesoureira da JF de Aguada de Cima; -----

----- Jorge Manuel Castanheira Martins – PUF Águeda e Borralha; -----

----- Ana Paula Moreira - Secretária da UF de Barrô e Aguada de Baixo; -----

----- Vasco Miguel Rodrigues Oliveira – PUF da União das Freguesias de Belazaima, Castanheira e Agadão; -----

----- Carlos Miguel Nolasco de Lemos – PJ de Fermentelos; -----

----- Pedro Joaquim Faria de Oliveira Marques - PJ de Macinhata do Vouga; -----

----- Pedro António Machado Vidal – PUF da União das Freguesias de Préstimo e Macieira; -

----- Manuel José de Almeida Marques de Campos – PUF de Recardães e Espinhel; -----

----- Sérgio Edgar da Costa Neves – PUF de Travassô e Óis da Ribeira; -----

----- Paulo Jorge Reis Tavares – PUF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga; -----

-----Luís Filipe Tondela Falcão – PJ de Valongo do Vouga; -----

----- **Da Câmara Municipal de Águeda estiverem presentes os seguinte Membros:** -----

----- Jorge Henrique Fernandes Almeida – Juntos – Presidente; -----

----- Edson Carlos Viegas Santos – Juntos – Vereador; -----

----- Elsa Margarida de Melo Corga – Juntos – Vereadora; -----

----- João Carlos Gomes Clemente – Juntos – Vereador; -----

----- Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara – PS – Vereador; -----

----- António Manuel gama Duarte – PS – Vereador; -----

----- Antero Ricardo dos Santos Almeida – PSD – Vereador; -----

----- **JUSTIFICAÇÕES DE FALTAS** -----

----- Foram verificadas as justificações de falta dos seguintes membros: -----

----- A Deputada Marlene Gaio comunicou que não poderia estar presente pelo que em sua substituição estaria José António Parada Figueira; o Deputado António Jorge Pereira de Oliveira comunicou que não poderia estar presente pelo que em sua substituição estaria Jorge Miguel Santos Melo que também comunicou que não poderia estar presente sendo substituído por Cristóvão Duarte da Silva Leal; o Deputado Abílio Ferreira Gomes da Silva comunicou que não poderia estar presente pelo que em sua substituição estaria Luís Armando Ferreira Pina Figueiredo; o Deputado Rogério Magalhães Matias, também comunicou que não poderia estar presente, sendo substituído por Armando Paulo Almeida Galhano; O Presidente da Junta de Freguesia de Aguada de Cima, Albano Marques Abrantes, também comunicou que não poderia estar presente pelo que em seu lugar estaria a Tesoureira da Junta de Freguesia, Irene Henriques; O Presidente da União de Freguesias



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

de Barrô e Aguada de Baixo, Wilson José Oliveira Dias Gaio, comunicou que não poderia estar presente tendo nomeado para o substituir a Secretária da União de Freguesias, Ana Paula Moreira.-----

### -----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Neste momento de intervenção do público, não se registaram intervenções.-----

### ----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

#### ----- 1.1 **Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Fiscalidade do Município de Águeda para o ano de 2021;**-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “Temos esta Assembleia Extraordinária para aprovarmos um conjunto de propostas que a Câmara Municipal aqui faz chegar e naturalmente que algumas delas de muito boa nota e que nos deixam muito satisfeitos.-----

----- Esta primeira situação que tem a ver com a fiscalidade do Município de Águeda para o ano 2021, deixa-nos ainda mais satisfeitos porque trata-se do culminar de todo um ciclo autárquico, em que nós conseguimos manter aquilo que nos propusemos no início, foi um dos nossos compromissos para na altura em que nos propusemos seguir neste mandato, manter a fiscalidade para os contribuintes e para as famílias o mais baixo que fosse possível e estamos aqui a fazê-lo de uma forma absolutamente exemplar.-----

----- Pertencemos a um leque restrito de vinte e sete municípios do país, curiosamente nenhum outro, por exemplo nos distritos de Braga, Porto, Aveiro, Coimbra, Leiria, Lisboa, Setúbal, este eixo litoral, todo por aqui abaixo, somos o único concelho em que temos efetivamente a fiscalidade no mínimo que é possível aplicar em Portugal.-----

----- Isso deixa-nos satisfeitos porque num tempo em que temos as nossas contas controladas em que cumprimos de uma forma completamente zelosa os nossos compromissos para com os nossos fornecedores, para com todos os nossos concidadãos, para com as nossas instituições, conseguimos também, em simultâneo, aplicar e fazer aplicar no nosso concelho esta fiscalidade mais baixa.-----

----- Dirão muitos que o IMI continua a ser caro, pois muito bem, mas em nenhum outro município seria menor do que aqui.-----

----- Relativamente à questão do IRS, aí onde nos diferenciamos mais, o Município tem uma postura muito séria relativamente a esta matéria e os municípios sabem perfeitamente que o Município abdica em favor dos contribuintes com residência oficial e fiscal no nosso concelho da totalidade que lhe seria entregue do IRS que são as suas contribuições, ficam no bolso dos nossos contribuintes.-----

----- Temos toda esta panóplia de contribuições muito baixas e portanto é com muita satisfação que colocamos uma vez mais e pelo quarto ano consecutivo, à votação esta proposta.”-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Pedro Miguel Alpoim Marques** – Juntos; -----  
----- “Em termos de fiscalidade quero mais uma vez dar os parabéns ao Executivo, pois continua a abdicar da taxa íntegra de variável do IRS e aplica a taxa mínima em termos de IRC, zero ponto três, a Derrama continua com um ponto cinco, sobre os lucros para empresas com valor líquido coletável acima de cem mil euros, bem como a isenção dos primeiros anos de vida das empresas, como incentivo ao investimento. Como compensação desta medida, empresários e empresas são beneficiários devido à cobrança de uma taxa mínima de IMI e não cobrança de IRC. -----  
----- O que estamos a decidir é respeitante ao ano 2021, mas para o Município a receita será para 2022, somos o único Município do Distrito a aplicar taxas mínimas. Em resumo, o Executivo está a cumprir na íntegra com o prometido em campanha eleitoral, não alterando a carga fiscal para contribuintes e famílias.”-----  
----- **Carlos Filipe Correia de Almeida** – PSD; -----  
----- “Estamos aqui para falar de fiscalidade.-----  
----- Em primeiro lugar queria precisar, não temos os impostos mais baixos, a Derrama não é a mais baixa, a Derrama é a mais alta, um ponto cinco, é isenta para volumes de negócios até cem mil euros, é uma precisão, às vezes as precisões são importantes.-----  
----- Mas, deixem-me falar um pouco sobre os impostos, tenho lido as notícias, aliás a Câmara Municipal fez o favor também de as propagar pelos meios de comunicação social, dizerem que poupávamos este ano quatro milhões e quatrocentos mil euros aos munícipes e é um facto, tenho que estar agradecido. Agradecia à Câmara Municipal nós pouparmos quatro milhões e quatrocentos mil euros aos nossos munícipes, porquê? Porque podíamos pagar mais, não é verdade é que não possamos pagar menos, claro que podemos pagar menos, mas importa saber, se é verdade que podíamos pagar mais quatro milhões e quatrocentos mil euros, desculpem a brincadeira, é mais ou menos como uma pessoa que parte um braço, dá graças a Deus não teres partido os dois e as duas pernas. Também é verdade que podíamos pagar menos.-----  
----- Para termos uma ideia do que é que tem sido a carga fiscal de impostos diretos que incidem sobre os munícipes, gostava de partilhar convosco, fui fazer um estudo, são números, fui aos relatórios e contas da Câmara Municipal. Desde 2005, altura em que o Senhor Presidente da Câmara assumiu a função de Vice-Presidente e fui-me fixar em 2005 e disse, “como é que evolui a receita da Câmara em impostos diretos”, este que está aqui de vinte e um milhões e seiscentos mil euros, é o valor que pagamos a mais relativamente ao ano de fixação, ou seja a 2005, portanto se nós considerarmos, se quiserem valores em 2005, a Câmara angariava de receitas de impostos diretos qualquer coisa como seis milhões e seiscentos, no último ano angariou qualquer coisa como dez milhões e quarenta e cinco mil euros e está a crescer mais ou



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

menos a uma razão de meio milhão de euros, trezentos mil a meio milhão de euros, é um facto, podíamos pagar mais, vamos ver se podíamos pagar menos.-----

----- Para que não hajam dúvidas e porque pus num gráfico, este é o gráfico do desvio anual da receita de impostos diretos, é um bocadinho como eu dizer “é bom nós não termos a taxa máxima, mas no fim da linha quanto é que nós pagamos a mais?”.-----

----- Só para terem uma ideia, no ano de 2018, pagamos nove milhões quinhentos e trinta e três quatrocentos e vinte e quatro, impostos diretos, relatórios e contas da Câmara Municipal, no ano 2019 pagamos dez milhões e quarenta e cinco, pagamos qualquer coisa como praticamente meio milhão de euros a mais.-----

----- Há espaço para podermos equacionar, de acordo com aquilo que prevê a Lei 75, alguns regimes de exceção que, já agora, justificam a ação política desta Assembleia? Acho que sim, foi por esse motivo que no ano passado, nesta mesma Assembleia deixamos aqui recomendações, o Senhor Presidente da Câmara com certeza que se lembra delas, deixamos recomendações, tinham a ver com a reabilitação urbana, tinham a ver com o arrendamento.-----

----- É com enorme tristeza que vimos que a proposta que este ano aqui vem ignora por completo aquilo que na altura o Senhor Presidente da Câmara achava como propostas sérias e consistentes.-----

----- Tem mais, o que é que podíamos fazer pelos nossos munícipes? Podíamos fazer muito, todos nós sabemos, vamos entrar num momento complicadíssimo, o desemprego vai aumentar, vale a pena ou não vale a pena estimular o emprego? E podemos fazê-lo? Podemos, vamos ler a Lei 73/2013 ou as que lhe sucedem nesta matéria, claro que podíamos, é possível nós fazermos regulamentos para isenções ou cobranças parciais dos impostos. Na Derrama é um caso, aliás atentem a uma coisa que vos vou ler, está escrito na proposta que veio à Assembleia Municipal, diz o Senhor Presidente da Câmara e passo a citar “*Hoje e pelas razões apontadas anteriormente, devido à pandemia do Covid, é crucial mantermos*” lembro estamos a falar de Derrama “ *é crucial manter a taxa reduzida, pois as pequenas empresas sofreram impactos económicos enormes com as restrições colocados pelo encerramento da economia face às declarações do estado de emergência e calamidade que durante meses ditaram severamente o funcionamento das mesmas, conduzindo a lei off e despedimentos*” é um facto, mais à frente diz “*contudo, ao mesmo tempo que é fundamental ter este cuidado com as PMEs, não se poderá igualmente esquecer que Águeda é um concelho com elevada densidade industrial e portanto a receita gerada por esta taxa representará sempre um peso importante na receita do Município pelo que não será sensata a sua redução para empresas cujo vigor económico é assinalável, tanto mais que, como já referimos, é um imposto sobre lucro tributável*” -----

----- Então é um imposto sobre lucro tributável para as grandes e não é para as pequenas ? Ou será que nós estamos a ler mal o que é o imposto da Derrama? Damos um sinal claro às



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

pequenas e médias empresas, abdicamos de Derrama porque entendemos que é necessário elas crescerem, concordo plenamente, entendo exatamente o mesmo para as grandes, dir-me-ão, não é necessário abdicar totalmente da Derrama, claro que não, também concordamos, mas é necessário dar sinais e é hoje, e sinais específicos, por exemplo para a criação de postos de trabalho e porque é que não o fazemos?-----

----- O que escrevemos aqui é, desculpem-me, um absurdo completo, do ponto de vista daquilo que é um imposto.-----

----- Nós não podemos dizer num parágrafo uma coisa e no parágrafo seguinte contraria-la por completo, isso é estarmos a faltar à verdade.-----

----- Penso que podíamos fazer mais, falamos aqui e diz o Senhor Presidente e passo a citar outra vez o seguinte e leiam bem, agora sobre IRS *“Por outro lado, esta estratégia fiscal é complementar à taxa dos escalões de IRS que o Governo previu no Orçamento de Estado para 2021, fazendo com que os municípios de Águeda tenham um aumento real dos seus rendimentos o que obviamente se apresentará como um fator de atratividade”*.-----

----- Deixem-me explicar o que é que diz o Orçamento de Estado, o Orçamento de Estado para este ano adequa as taxas de retenção, não altera o imposto a pagar, vai-vos libertar imposto, vai-vos libertar rendimento que mais à frente quando tivermos que acertar contas com o Estado, vamos deixar de receber ou vamos pagar, não nos vamos iludir com falsas questões.-----

----- Mas o mais importante, se me permitem, partindo do princípio que é sempre bom na base de ter impostos às taxas mínimas, também é importante darmos sinais, o que fiz até agora aqui é esclarecer as pessoas que embora estejamos a praticar as taxas mínimas, os valores de recita da Câmara Municipal têm crescido constantemente e é uma razão, dei o exemplo e se quiserem tenho aqui os valores anuais, de quase meio milhão de euros por ano.-----

----- Era importante nós criarmos um regulamento, por exemplo, de benefícios fiscais, não precisamos de inventar a roda, vejam o que fez Vila Nova de Gaia, vejam o que tem agora Coimbra e que acabou de aprovar, dando claros sinais por exemplo, a famílias que estão a sofrer com cortes de rendimento por via do Covid, podíamos dar esses sinais, temos obrigação e aliás é um desafio que lanço a todos nós, temos uma Comissão criada do Covid, temos até trinta e um de dezembro, nos casos em que a Lei o permite, para podermos dar sinais e podemos dá-los, podemos dá-los na Derrama para incentivar as empresas a criar emprego, podemos dá-los no IMI para ajudar as empresas que tiveram crescimentos negativos dos níveis de faturação, podemos dá-los que tiveram reduções do rendimento significativas.-----

----- Se me perguntar a mim Senhor Presidente se me vou opor a isso, a estas taxas mínimas não, não me posso opor, na generalidade, mas acho que podemos e devemos ir mais longe e é esse o desafio que lanço a esta Assembleia, claro que podemos.-----

----- Não consigo compreender como é que um conjunto de propostas que no ano passado



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

foram apresentadas aqui, que foram reconhecidas como meritórias, este ano não são englobadas no PECT da fiscalidade deste Município, porquê? Porque não tiveram origem no Executivo? É isso que nos move ou é o bem das nossas populações? E podemos ir mais longe dei aqui os exemplos e as nossas empresas, não são só as do Parque do Casarão que deviam estar naturalmente preocupadas, é todo o tecido empresarial, há empresas com cortes, com reduções na faturação enormes, que sinal é que nós lhes vamos dar, se calhar convém começarmos por estudar os conceitos. Esta confusão que está aqui na Derrama, gera-nos confusões na nossa forma de pensar enormes, então nós estamos a dizer que as pequenas empresas, temos que as ajudar e bem, já agora podíamos ir até cento e cinquenta mil euros? Claro que podíamos, decidimos ir até cem, o Executivo decidiu ir até cem, mas também podemos ajudar as outras, aquelas que geram emprego, aquelas que são amigas do ambiente e por aí fora que é para não limitar muito a discussão.-----

----- Este é o nosso propósito é por isso que eu agora e aqui tenho que meter um requerimento à Mesa, já o devia ter feito, Senhor Presidente eu entendo, como em anos anteriores, que estes impostos deviam ser votados imposto a imposto. É um requerimento que faço à Mesa para que possamos, à semelhança do que fizemos em anos anteriores, votar imposto a imposto, porque se há muitos com os quais concordo, há outros que naturalmente não concordo tanto ou discordo.-----

----- Esta é uma proposta que lhe deixo para colocar à consideração da Assembleia, sem antes vos dizer que esta é uma reflexão séria que vos deixo, se é verdade que nós abdicamos de quatro milhões e quatrocentos, porque não praticamos as taxas mais altas, não deixa de ser verdade que num momento como este, o momento em que temos que dizer “estamos presentes”, nós podemos ir mais longe, não nos está vedado pela Lei a possibilidade de irmos mais longe e ajudarmos efetivamente quem precisa.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----

----- “O CDS defende, desde sempre, que ter uma fiscalidade mais baixa é um elemento importante para afirmação e para a competitividade do Município, a fiscalidade mais baixa beneficia as famílias e a economia, favorece a captação de novos residentes e a permanência dos que cá vivem, é uma visão que temos há muito.”-----

----- A proposta que estamos a discutir mantém a fiscalidade municipal nos níveis aprovados desde há sete anos.-----

----- Fazia sentido então, quando o país passava pela grave crise que se seguiu à pré banca rota desde 2011 e ao resgate da Troika e faz sentido agora que estamos em plena crise criada pela pandemia Covid-19.-----

----- É positivo que se mantenha a redução do IMI para as famílias com crianças a cargo, que é uma medida de elementar justiça, proposta pela primeira vez por mim próprio, enquanto





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Vereador, e que foi aprovada pela Câmara e pela Assembleia Municipal e que tem sido mantida ao longo dos anos apesar das alterações aprovadas quando tomou funções o novo Governo do Partido Socialista.-----

----- É positivo que o Município continue a abdicar da sua comparticipação de cinco por cento no IRS em favor dos munícipes, dando assim pleno uso a uma alteração do IRS que foi proposta, veja-se lá por quem, pelo Grupo Parlamentar do CDS.-----

----- Por isso, o Grupo Municipal do CDS saúda o Executivo Municipal, por estar a cumprir este compromisso que foi assumido também connosco.-----

----- No entanto, volto a referir que há dois pontos desta proposta que nos continuam a merecer reservas, continuamos a discordar da majoração do IMI para o triplo nos prédios considerados devolutos que é claramente desproporcionada sobretudo quando se tem em conta que a majoração do IMI para os prédios em ruínas é trinta por cento, isto é absurdo, sabendo que é considerado devoluto um prédio que durante um ano não mantenha ligações de água e de luz e de comunicações, isto é absurdo.-----

----- Também repito o que temos dito sobre a Derrama Municipal, a Derrama é uma taxa que incide sobre o lucro tributável das empresas, lucro esse sobre o qual já incide o IRC.-----

----- A proposta da Câmara mantém a isenção da Derrama para as empresas com volume de negócios anual inferior a cem mil euros, na nossa opinião, este limite deveria ser aumentado até aos cento e cinquenta mil euros permitidos por Lei. É certo que para as empresas de grande dimensão o valor da derrama não traz um efeito significativo sobre as suas contas, mas é um benefício importante para as micro empresas, na sua maioria, as micro empresas são empresas de cariz familiar e com baixo volume de negócios, mas que apesar disso dão um forte contributo para a manutenção das atividades económicas e do emprego. Acresce que, em grande medida as micro empresas acabam sempre excluídas dos benefícios criados pelo Estado e mesmo pelo Município, benefícios esses que tendem a ser inteiramente absorvidos pelas empresas maiores. Por outro lado, o aumento do valor da isenção da Derrama constitui uma forma de alargar a todo o concelho um apoio efetivo às empresas que não estão localizadas na cidade e que não são favorecidas pelas realizações levadas a efeito pela Câmara Municipal ao longo do ano, daí voltarmos a insistir que alargar a isenção da Derrama para todas as empresas com volume de negócios até cento e cinquenta mil euros que seria um incentivo sempre importante, faz ainda mais sentido agora no contexto da pandemia Covid-19, aliás é o Executivo que o reconhece, como já foi aqui salientado na sua própria proposta, portanto, pese embora estas reservas, entendemos que a proposta de fiscalidade Municipal para 2021 é globalmente positiva e merece globalmente a aprovação do CDS, lamentamos no entanto que como vimos a aclamar desde março deste ano, com maior intensidade que atendendo ao panorama atual da pandemia não se faça este esforço de adaptar a fiscalidade ao favorecimento de empresas que tenham um



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

volume de negócios inferior a cento e cinquenta mil euros.-----

----- Já agora, quando apresentamos propostas costumamos apresentar sempre também formas de compensar ou o aumento da despesa ou a perda da receita, neste caso, não o podemos fazer e não podemos fazer com base sólida porque apesar de ter sido pedido, ainda não nos foi fornecido o relatório do auditor externo relativo às contas do primeiro semestre deste ano.”-----

----- **Cristóvão Duarte da Silva Leal** – PS; -----

----- “Relativamente ao documento da fiscalidade para o ano de 2021, o Partido Socialista acompanha e acorda na totalidade com o nível de fiscalidade baixo, especialmente tendo em conta o contexto de pandemia em que vivemos, até no sentido de dar condições de tranquilidade e confiança a todas as famílias e empresas do concelho.-----

----- Contudo, neste documento há alguns aspetos que nos suscitam algumas dúvidas e noutras algumas sugestões de melhoria.-----

----- No caso do IMI, gostamos de ter alguma clarificação relativamente às taxas a serem aplicadas aos imóveis devolutos e aos imóveis degradados. O que diz na lei, através da alteração ao CIMI “ que o agravamento no diploma relativamente aos prédios urbanos devolutos são majorados em trezentos por cento, no caso dos prédios degradados em trinta por cento”, a minha questão é se a Câmara vai aplicar de tal forma como está a Lei ou se é analisado caso a caso ou qual é o critério de aplicação das taxas? Isto porque há famílias com diferentes rendimentos, ou se a aplicação é cega nesse sentido.-----

----- Relativamente à Derrama, nós vamos em acordo ao Grupo Municipal do PSD, estamos de acordo com eles no sentido em que achamos que não faz sentido, dado que a lei prevê uma isenção até cento e cinquenta mil euros no volume de negócios, que o concelho de Águeda estabeleça um limite máximo de cem mil euros, contrariamente à esmagadora maioria dos concelhos no país. Isto porque nós estamos a falar de micro empresas, não estamos a falar de PME, para ser uma PME tem que ter um volume de negócios superior a dois milhões de euros que são vinte vezes superiores, dado o contexto de pandemia, contexto de incerteza e sabendo que isto se trata do pequeno comércio e estas são as empresas mais vulneráveis às flutuações de procura, mais vulneráveis aos confinamentos, acho que fará todo o sentido aplicar a taxa nos cento e cinquenta mil euros.-----

----- Entendemos também que a Derrama pode ser utilizado de forma como gancho para o fomento económico no concelho, em duas vertentes, a nível de captação de empresas, poderá ser feita uma modificação na taxa para aquelas empresas que transfiram a sua sede social para o concelho ou por exemplo, também dando bonificações fiscais através da Derrama aquelas empresas que comprovadamente criem um determinado número de postos de trabalho em função da sua dimensão.-----

----- Estas não são ideias pioneiras, são no Distrito de Aveiro, os concelhos de Ílhavo, Ovar e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Vale de Cambra já aplicam.”-----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos** – PSD; -----

----- “Relativamente à proposta que o Dr. Carlos Almeida fez, estive com a máxima atenção que consegui estar e deu para perceber que há aqui propostas que nos parecem interessantes de ver, mas naturalmente precisamos de perceber exatamente qual é e também imagino que não o terá feito, precisamos de ver claramente isso porque muito sinceramente o que me posso disponibilizar a fazer é tentarmos em conjunto avaliar essas questões e depois tomarmos as decisões que se impõem.-----

----- Há um conjunto de situações que ouvi aqui indiscutivelmente, do ponto de vista teórico, agrada-me a ideia porque é claro, notório e sabido que nós defendemos uma baixa fiscalidade, agora temos que perceber qual é o reflexo que isto tem nas nossas contas e percebermos até que ponto é que teremos que ir, então estudarmos de que forma é que podemos arquitetar essa situação. É só isso que estou aqui a dizer, é a única reserva que deixo, acho que é de elementar bom senso e prudência.” Podia ter sido eu a dizer isto, não fui, foi o Presidente da Câmara no ano passado, quando discutimos a fiscalidade em relação às propostas apresentadas pelo PSD, que vou recordar para percebermos o que está em causa.-----

----- No ano passado o PSD apresentou um conjunto de recomendações das seguintes propostas:-----

----- Primeiro – Em relação ao IMI, aplicar a isenção de IMI para prédios urbanos objeto de reabilitação fora das ARUS, dentro das ARUS já estão previstos, pelo período de três anos, a contar do ano inclusive da emissão da licença camarária. Era uma proposta no sentido apoiar a reabilitação urbana dos prédios.-----

----- Minorar em vinte por cento a taxa do IMI aplicável a prédios urbanos arrendados para habitação, conforme o nº.7, do artigo 112º. do CIMI era uma proposta no sentido de apoiar o arrendamento urbano, situação que Águeda precisa bastante.-----

----- Sobre Derrama, estou a fazer o resumo das propostas, atendendo ao cenário macroeconómico que se avizinha e à necessidade de a Autarquia reagir antecipadamente aos desafios que o mesmo trará, isto são os pressupostos, vamos às recomendações que se possa ponderar a isenção da taxa de Derrama, durante os dois primeiros anos, para empresas que venham a deslocalizar a sua sede social e a direção efetiva para o concelho de Águeda e cumulativamente criarem e manterem, no mínimo, cinco postos de trabalho, era uma proposta.--

----- Por último, a redução de cinquenta por cento da Derrama para empresas que façam investimentos no desenvolvimento da sua atividade empresarial, de valor igual ou superior a um milhão de euros, nos dois anos subsequentes ao investimento, desde que criem e mantenham pelo menos, cinco postos de trabalho dependentes.-----

----- Foram estas as recomendações simples, objetivas que uma ao nível do IMI, que tinha a ver



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

com alguma igualdade dentro do concelho porque há muitas zonas que não estão inseridas em ARUS porque não é possível inseri-las em ARUS, e dar as mesmas possibilidades às pessoas para poderem reabilitar as suas casas com o mesmo nível de impostos que têm as outras.-----

----- A outra tinha a ver com o arrendamento urbano, todos nós sabemos o que é que se passa e depois duas proposta que têm a ver com a Derrama, muito simples.-----

----- Propostas que o Senhor Presidente concordou e que pura e simplesmente, passado um ano, nada fizemos sobre elas, é só isso que tenho a lamentar.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida – Juntos – Presidente;** -----

----- “Quarto ano e o discurso é rigorosamente o mesmo, o nosso e o vosso, por uma razão muito simples, já o disse há uns dias e volto a dizer, mais difícil do que baixar a fiscalidade é mantê-la durante um mandato inteiro no mínimo, o mais baixo que pode ser, e nós podemos a partir deste mais baixo que pode ser, depois começarmos para aqui a especular e dizermos que ainda poderia ser mais baixo e apontarmos exemplos como os de Gaia e podemos ter uma fiscalidade mais alta e a partir daí fazermos um conjunto de benefícios aqui ou acolá, não, em Águeda é o seguinte, e de uma forma clara e absolutamente inquestionável e peço desculpa pelo soletrado porque é mesmo assim, nós temos a taxa mínima de IMI, zero ponto três, que é possível aplicar em Portugal Continental e nas nossas Ilhas e pertencemos a um leque extraordinariamente restrito de vinte e sete municípios, curiosamente nenhum mais, nesta faixa dos distritos litorais, em que abdicamos na totalidade, a favor dos contribuintes da parte que nos caberia através do IRS.-----

----- Temos a taxa de um e meio por cento de Derrama no nosso concelho que indiscutivelmente não é a mais baixa, é a mais alta, mas queríamos aqui, porque já o explicamos várias vezes, dizer que esta taxa aplica-se às empresas com volume de negócios superior a cem mil euros, aquelas muito pequenas estão isentas desta questão, não lhes é aplicado isso, é aplicado sobre o lucro tributável dessas empresas, ou seja, só as empresas que apresentam lucro é que pagam este imposto e estamos-lhe a pedir um e meio por cento desse lucro que essas empresas têm e percebemos e já o dissemos mesmo em momentos de crise, há empresas que têm lucros, aliás é nos momentos de crise que há empresas que ganham muito dinheiro e entendemos nós que essas, as que ganham dinheiro, que distribuam um pouco daquilo que ganham, o seu lucro tributável, um e meio por cento, no resto estamos indiscutivelmente a dar o mínimo que podemos dar, taxas mínimas para todos sem exceção.-----

----- Isto parece que é difícil e precisamos de estar aqui a falar longamente e calmamente para tentarmos negar uma evidência que é clara, não há a mínima dúvida, pergunto, isto deve ser doutrinal, imagino, e alguns de vocês que têm também assento em alguns órgãos dos vossos partidos, espanta-me porque é que não recomendam às câmaras dos vossos partidos que façam o mesmo, no mínimo como nós, que ponham os impostos no mínimo, mas não, basta



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

veremos aqui à nossa volta e pelo país todo porque reparem numa coisa, disse e volto a dizer, na questão do IRS e na devolução integral do IRS não há mais nenhum concelhos dos distritos, lembro outra vez, de Braga, Porto, Aveiro, Coimbra, Leiria, Lisboa, Setúbal, vejam essa faixa por aí abaixo, há uma informação interessante num quadro publicado no Jornal de Notícias, há uns dias, que mostra claramente isto, Águeda, destes Distritos, é o único concelho e isto é um esforço enorme, um esforço enorme que nos permite mesmo assim dizermos que estamos presentes para assumirmos os nossos compromissos com os contribuintes, com as nossas associações, com as juntas de freguesia, com os nossos fornecedores.-----

----- Esta fiscalidade permite-nos aguentar o orçamento que vamos propor, é natural e absolutamente claro que não podemos estar aqui a abrir mão de tudo, este papel das oposições é absolutamente fantástico, é completamente tranquilo e irresponsável porque a ideia que passam para os nossos cidadãos é de que as câmaras municipais devem ser os únicos órgãos, especialmente a Câmara de Águeda, que devem ter aí uma máquina de fazer dinheiro.-----

----- Nós estamos apostados em cumprir os nossos compromissos e em afirmar e continuar a afirmar que estamos vivos, nós estamos vivos, nós vamos continuar a investir no nosso concelho, nós vamos continuar a honrar os nossos compromissos e a exemplo do que vem aí a seguir, nós continuamos disponíveis e capazes de apoiar quem merece ser apoiado no nosso concelho com esta fiscalidade, mas nós poderíamos dar tudo, há uma coisa que fique absolutamente clara para todos, esta fiscalidade é a mais baixa que é aplicada em Portugal para os contribuintes e famílias.-----

----- Também vos quero dizer que também as empresas são beneficiadas com isto, porque as empresas, regra geral, são grandes contribuintes de IMI, não vou negar que o IMI tem vindo a subir, mas sobe em todo o lado e porque é que todas as câmaras não põem o IMI no mínimo? Nós temos aqui câmaras nossas vizinhas que aplicam as taxas máximas, porquê? Algumas são dos vossos partidos, porquê?-----

----- É isto que nós temos que dizer, nós estamos a fazer o melhor que podemos, mas estamos mesmo a fazer o melhor que podemos de acordo com critérios de justiça que entendemos serem justos.-----

----- O CDS e mesmo o Partido Socialista estiveram aqui muito bem no sentido de dizer uma coisa muito simples, confirmaram que esta é a fiscalidade menor que se pode aplicar, poderíamos ter aqui mais uns quês e os porquês, mas nós efetivamente estamos a aplicar e obrigado por estarem connosco nisto, não precisamos de negar uma coisa que é absolutamente evidente, é claro, não há outra leitura, podemos aqui vir buscar mil e um argumentos para tudo isto, mas é isto, nós aplicamos zero ponto três que é o mínimo possível para o nosso IMI, abdicamos integralmente da parte variável, dos tais cinco por cento que o Município poderia receber do IRS e devolvemo-lo aos contribuintes, a cada um dos contribuintes que o recebe



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

como benefício municipal na sua declaração de IRS, vão lá verificar, porque se calhar verificam que para muitos dá indiscutivelmente para pagar os livros dos seus filhos e outras coisas. É isso que nós estamos a abdicar, são quatro virgula quatro milhões de euros que poderíamos, se tivéssemos a fiscalidade no máximo, cobrar mais aos nossos contribuintes, é isso que nós não fazemos e há uma coisa que nós fazemos e que vocês não conseguem negar, não somos acompanhados por todos e somos acompanhados por muito poucos neste esforço que fazemos em prol dos Aguedenses, porque reparem numa coisa, se nós tivermos mais dinheiro naturalmente que ainda conseguimos fazer mais coisas.-----

----- Há uma coisa que tenho, uma tranquilidade muito grande, que é o seguinte, todos os dias de manhã, venho com tantas coisas na cabeça para fazer, mas venho mesmo, o vazio de ideias não se passa por aqui, estejam tranquilos.”-----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos** – PSD; -----

----- “O Senhor Presidente diz que o vazio de ideias não lhe passa pela sua cabeça, mas o vazio de respostas passa pela sua cabeça, a sua cabeça é um vazio de respostas completas e voltou-lhe a dizer exatamente aquilo que vim aqui dizer, o Senhor cada vez mais, em todas as Assembleia Municipais, faz autênticos comícios aqui.-----

----- A Assembleia Municipal não é para fazer um comício, os Senhores foram eleitos, a equipa que o Senhor escolheu, são os quatro que aqui estão, Vereadores a tempo inteiro, custam um milhão de euros à Câmara os seus salários num mandato, custam um milhão de euros, é para vocês darem respostas às coisas, não estou a dizer que é muito ou pouco, estou a dizer que é para vocês darem respostas às coisas, porque nós também temos que estudar as coisas, não podemos chegar aqui e fazer autênticos comícios. Portanto, Senhor Presidente, o que o Senhor disse no ano passado foi isto: “agora teremos que perceber qual é o reflexo que isto tem nas nossas contas e percebermos até que ponto é que teremos que ir, ou então estudarmos de que forma é que podemos arquitetar essa situação. É só isso que estou aqui a dizer, é a única reserva que deixo, acho que é de elementar bom senso e prudência.”-----

----- As propostas que o PSD no ano passado apresentou, o Senhor ficou de as estudar para ver qual era a influência delas nas contas, quanto é? Sabe-me dizer Senhor Presidente?-----

----- É só responder às perguntas, não se chateie connosco, responda às perguntas que é para isso que nós cá estamos, que nós também fazemos isso.-----

----- Está na prestação de contas, é simples os dados que estou a dar.”-----

----- **Carlos Filipe Correia de Almeida** – PSD; -----

----- “Nós quando apresentamos propostas tendemos a ser intelectualmente sérios. Vim aqui no ano passado apresentar um conjunto de propostas, apresenta-mo-las, fizemos o nosso trabalho de casa, para bem do nosso povo.-----

----- Volvido um ano, ninguém lhe quis agarrar, temos mais ideias, temos, vale a pena nós



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

discutir-mo-las, dissemos assim com toda a seriedade, temos espaço para podermos equaciona-las, temos, mostrei aqui a evolução da receita angariada em termos de impostos diretos, o que é que recebi como troca? Não foi a resposta ao nosso trabalho sério que desenvolvemos no ano passado, foi dizer assim “ vocês que fazem parte lá dos órgãos do vosso partido, vejam lá o que é que se passa lá nos outros municípios à volta”, não faço parte da Assembleia Municipal dos outros municípios, faço desta.”-----

----- **João Carlos Fernandes Figueiredo** – Juntos; -----

----- “Quando se está nos Juntos e se ouve o nosso líder a falar desta maneira, tem-se orgulho no Presidente que se tem.”-----

----- Os Juntos certamente ouvem todas as proposta com essa seriedade que tanto fala e penso que também se deveria orgulhar de fazer parte desta Assembleia, Assembleia esta em que o Executivo ouve e responde da forma que entende, o que o Executivo não pode fazer, vai-me desculpar, perdoem-me por começar desta maneira, é responder da forma que V. Exas. desejam que ele responda.-----

----- Acho que os Juntos foi eleito para governar, tem estratégia própria e se o montante dos impostos vem crescendo é porque certamente alguma coisa viemos fazendo, é que os investimentos e as estratégias que os Juntos têm seguido ao longo deste mandato tem feito com que o nosso concelho cresça e cresça com vitalidade forte.-----

----- Vamos lá parar e fazer contas, se uma percentagem de alguma coisa cresce é porque o global também cresce e se cresce é o nosso concelho que está de parabéns.-----

----- Os Juntos aquilo que em campanha prometeu cumpre agora com este pacote de fiscalidade que deve ser entendido tal e qual como um pacote, não discutido de forma avulsa.-----

----- Por vezes, estando ali sentados, acusam-nos de não termos muita intervenção nesta Assembleia, realmente intervir nesta Assembleia faz sentido quando as pessoas aquilo que prometem cumprem e a fiscalidade continua neste concelho a ser uma mais valia, vale a pena apostar em Águeda, vale a pena ver que as nossas famílias são apoiadas da maneira como o Executivo fala, e que doravante todos temos recursos para poder continuar a fazer a nossa vida aqui neste belo concelho da melhor maneira possível.”-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa colocou a votação a proposta apresentada pelo Senhor Deputado Carlos Almeida, no sentido de que sejam votados individualmente e não em proposta única os diversos impostos, IMI, IRS, Derrama, taxa municipal de turismo, taxa de ocupação do subsolo do gás natural e taxa municipal de direitos de passagem, tendo-se verificado que a Assembleia deliberou **aprovar por maioria**, com uma abstenção do Grupo Municipal do PSD e com treze votos contra do Grupo Municipal Juntos - Movimento Independente.-----

----- Assim sendo, passou-se à votação dos seguintes pontos:-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **1.1.1 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Fiscalidade do Município de Águeda para o ano de 2021, no âmbito do IMI- Imposto Municipal sobre Imóveis;**-----

----- Colocado à votação, a Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade.**-----

----- **1.1.2 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Fiscalidade do Município de Águeda para o ano de 2021, no âmbito do IRS;**-----

----- Colocado à votação, a Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade.**-----

----- **1.1.3 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Fiscalidade do Município de Águeda para o ano de 2021, no âmbito da Derrama;**-----

----- Colocado à votação, a Assembleia Municipal deliberou **aprovar por maioria, com cinco votos contra e quatro abstenções** do Grupo Municipal do PSD, **três abstenções** do Grupo Municipal do CDS e **três abstenções** do Grupo Municipal do PS.-----

----- **1.1.4 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Fiscalidade do Município de Águeda para o ano de 2021, no âmbito da Taxa Municipal de Turismo;**-----

----- Colocado à votação, a Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade.**-----

----- **1.1.5 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Fiscalidade do Município de Águeda para o ano de 2021, relativamente à Taxa de Ocupação do Subsolo do Gás Natural;**-----

----- Colocado à votação, a Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade.**-----

----- **1.1.6 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Fiscalidade do Município de Águeda para o ano de 2021, relativamente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem;**-----

----- Colocado à votação, a Assembleia Municipal deliberou **aprovar por unanimidade.**-----

----- **Manuel Augusto de Almeida Farias – PS;**-----

----- “Quero fazer uma declaração de voto relativamente ao ponto 1.1.3, sobre a Derrama.-----

----- Já agora saudar esta forma de votação, ponto por ponto, porque acho que é assim que deve ser sistematicamente e nem sequer deveria ter sido necessário que fosse feita através da proposta.-----

----- A minha declaração de voto é que, verdadeiramente deveria ter feito antes da votação uma declaração de interesses, mas absteve-me porque considero-me particularmente envolvido no processo da votação da Derrama em termos da minha representação, da minha atividade fundamental, pessoal, por isso é que me absteve, porque serei beneficiado ou prejudicado por essa abstenção e verdadeiramente, não deveria ter sido sequer envolvido na votação, mas absteve-me por isso.”-----

----- **1.2 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para aprovação do**





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

### **Programa Municipal de Apoio Extraordinário e Temporário nas áreas da Educação, Juventude, Desporto, Cultura e Ação Social.**-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “Uma nota prévia, muito prévia, ao contrário do que podem muitas vezes fazer querer passar a ideia, posso-vos garantir que esta proposta enche-me de satisfação e muito orgulho, porquê? Porque ela foi construída por todas as bancadas desta Assembleia e penso que esta proposta é indiscutivelmente um sinal de que todos estamos a dar, no sentido de tentarmos contribuir para resolver um problema do nosso movimento associativo que é enorme, como toda a gente sabe, de realçar só uma questão que me parece bastante pertinente, costumamos, em anos anteriores, atribuir para estes tipo de apoios e as estas associações qualquer coisa como um pouco mais de meio milhão de euros e estamos aqui com propostas que terão um valor à volta dos novecentos e sessenta e cinco mil novecentos e oitenta sete euros, praticamente um milhão, estamos aqui com quatrocentos e alguns mil euros de diferença, num apoio que por causa desta questão da pandemia do Covid irá diretamente para as nossas associações quer culturais, quer desportivas, quer sociais e recreativas.-----

----- Sobretudo por esta proposta que nasceu aqui numa proposta da Assembleia Municipal, nomeadamente do Grupo Municipal do PSD e que depois foi corroborado por todos e trabalhada por todos numa Comissão que estivemos e todos demos o nossos contributos, portanto, até da forma como toda essa Comissão trabalhou os meus agradecimentos e sinceramente fico muito satisfeito por esta proposta que todos trazemos aqui.”-----

----- **Humberto José Tavares Moreira** – Juntos; -----

----- “Aquilo que vamos votar a seguir enche-me efetivamente de orgulho e congratula-me o facto de que quando nós queremos trabalhar em conjunto, nós efetivamente conseguimos e congratula-me que a proposta surgiu através do Grupo Municipal do PSD, PS e CDS e obviamente ao qual os Juntos teria que se associar e apoiar porque o movimento associativo, tudo aquilo que o rodeia é algo que nos toca efetivamente e nós quando é preciso, quando nós sentimos que existe seriedade nos trabalhos e naquilo que nos pedem, nós efetivamente damos resposta e às vezes vamos mais além daquilo que nos pedem, isso é um sinal que nós, obviamente queremos passar e que passamos.-----

----- Gostava muito que daqui a um ano, não acredito que esta questão do Covid seja algo solúvel num curto espaço de tempo, mas gostava muito que quando isto abrandasse e quisessem inscrever a minha filha num qualquer clube de dança, futebol, karaté, música o que fosse, que essa mesma instituição ainda lá estivesse e gostava efetivamente que daqui a um ano, aquilo que nós hoje vamos assistindo nas bandas, nos ranchos, nos clubes de futebol, no futebol amador, é dramático, efetivamente é. Esta mensagem vai para eles, e vocês colegas certamente permitem-me que fale em nome da Assembleia Municipal, para que eles saibam que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

nós estamos aqui, nós não levamos um milhão de euros como diz ali o Eng<sup>o</sup>. Hilário, ao fim do mandato, levamos um bocadinho menos, mas que eles saibam que nós estamos aqui para os defender e que eles podem contar connosco.-----

----- Só tenho que dar os parabéns ao Executivo, a todos os meus colegas e a todas as bancadas porque é deste tipo de mediadas e é deste tipo de política que o nosso concelho precisa e não de outras coisas que às vezes divagamos e andamos aí perdidos a falar sobre coisas que no final esprememos e não dá nada.-----

----- Acho que estamos todos de parabéns e vamos em frente Senhor Presidente porque para a frente é que é o caminho.”-----

----- **Carlos Filipe Correia de Almeida** – PSD; -----

----- “Em primeiro lugar agradeço as palavras do Senhor Presidente da Câmara e do Humberto, mas a partir do momento que as propostas que votamos aqui em junho, foram apresentadas pelo PSD, foram aprovadas por todos, passam a ser propostas da Assembleia e foram propostas da Assembleia.-----

----- Quero no entanto referir, no texto da proposta está escrito o seguinte: “*nesse contexto importa referir que a proposta de regulamento programa municipal de apoio extraordinário e temporário nas áreas da educação, juventude, desporto, cultura e ação social que aqui se apresenta, é o resultado dos contributos e sugestões que foram apresentadas por algumas coletividades Aguedenses aos serviços camarários. De igual forma, em julho de 2020, foi constituída uma Comissão na Assembleia Municipal cujos membros analisaram e validaram a proposta documento que aqui se apresenta*”. Presumo que esta parte está errada, correto? É um lapso e portanto para mim é suficiente o esclarecimento que o Senhor Presidente deu, é correto isto, certo? Agradeço desde já a correção porque os documentos ficam para a história.-----

----- Congratulo-me em nome do nosso Grupo por este trabalho conjunto que fizemos, este trabalho conjunto que fizemos em prol das nossas associações, como o trabalho conjunto que estamos a fazer em prol da alteração do regulamento do Parque do Casarão, aliás esta Assembleia só não trabalha mais assim se nós não, nós quer dizer, o Executivo não quiser, de resto estamos sempre disponíveis para o fazer.-----

----- No entanto, as proposta do PSD iam mais longe e deixava aqui o repto porque a Comissão do Covid não faleceu, não se extinguiu com a aprovação deste regulamento extraordinário e lembro, nós temos em cima da mesa propostas para apoio para a aquisição de material escolar, tem dois anos, é importante e nomeadamente neste momento dar-lhe corpo e substância.-----

----- Nós também em junho apresentamos uma proposta que foi aprovada e mereceu a aprovação desta Assembleia para aquilo que nós podíamos chamar de apoio às IPSSs, nomeadamente na contratação de enfermeiros geriátricos, não tem propriamente a ver com o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Covid, não é só a ver com o Covid, mas é um facto que esta pandemia que vivemos o justifica, portanto queria dizer que o trabalho foi começado, mas não está acabado.-----

----- Para nós era importante esclarecer isto porque era de elementar justiça.-----

----- Já agora, deixo um reparo, com certeza que concordarão comigo, nós hoje estamos a votar isto, podíamos votar na última Assembleia, é preciso arrear caminho porque as associações estão a viver momentos difíceis e portanto quanto mais rápido respondermos afirmativamente e de uma forma unânime, como hoje aqui fazemos, este ponto é o sinónimo de que podemos trabalhar em conjunto e é um hino aquilo que deve ser também a propagação para fora do que é a política, não importa quem foi a origem da proposta, isso interessa pouco, não interessa nada, foi da Assembleia, foi do Executivo, foi de nós todos e isso é que é importante ressaltar.---

----- Não queremos com certeza tirar aqui nem acrescentar nenhum mérito, se me permitirem naturalmente temos orgulho pelo trabalho que fazemos, pudera, é natural que temos, mas o nosso orgulho só é possível se conseguirmos que este orgulho seja de nós todos e conseguimos todos transformar algumas ideias em propostas concisas que vão ajudar as nossas associações.-----

----- Parabéns a todos, parabéns ao Executivo, pela forma como soubemos trabalhar este assunto, haja outro e haja vontade para ajudar as nossas gentes desta mesma maneira.-----

----- No ponto anterior, era exatamente aí que queria chegar, deixo-vos esse repto há outras matérias que temos que seguir, sem deixar no entanto aqui um alerta, nós reunimos, Comissão do Covid, a última vez a dezasseis de setembro, onde basicamente alinhavamos aquilo que é o esboço deste regulamento extraordinário, que visa de forma extraordinária apoiar as nossas associações no âmbito cultural, recreativo e também desportivo, mas era importante que a Câmara alterasse a forma como reage connosco, ainda hoje tive oportunidade de solicitar informação adicional, que ando desde o dia dezasseis de setembro a pedi-los, para nós é importante e as pessoas lá em casa que nos ouvem, é perceber materialmente o que é que vai afetar cada uma delas e hoje é possível fazer isso, porque a Câmara Municipal hoje fica com mecanismos para na próxima semana, segunda-feira, terça-feira, poder estar a atuar e a fazer chegar e bem, quantias monetárias que hoje estamos aqui a propor, às associações, naturalmente que vai ter que passar pelo Executivo obviamente, mas aligeiramos o quanto possível esta questão, lembro, prorrogamos ou criamos condições para a prorrogação, praticamente automática, do terminus de obras, é de inteira justiça, as nossas associações que este ano não tinham condições porque o ano está difícil de as terminar, lhes pudéssemos dar mais tempo. O nosso regulamento do associativismo, concordemos ou não com ele, prevê um incentivo à atividade, à atividade não existe incentivo, encontramos depois de muito estudo uma forma de apoiar, apoiar aí, apoiar naquilo que são custos fixos que na filosofia do regulamento não estavam previstos, apoiar pequenas intervenções, vou-lhe chamar assim, em termos de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Covid, quer em termos dos E Pl's, quer em termos de pequenas obras de reformulação, aí foi o Executivo a limitar o plafond, cabe-lhes a eles fazer isso, terão que ser eles a responder por isso, ainda fomos mais longe e bem, tentamos dar um sinal às famílias, não será por dificuldades económicas que as crianças deixarão de praticar desporto ou ter aulas de música. --

----- Este foi o trabalho que esta Comissão e bem, fez, mas não está acabado, referi aqui mais duas, com certeza que cada um de vocês tem outras preocupações na vossa mente, onde vamos ter que aplicar os dinheiros que são de todos nós.-----

----- Era exatamente ao que me referia no ponto anterior, que é para não haver dúvidas, nós somos chamados cada momento, perante necessidades ilimitadas, a canalizar recursos escassos, o que estava a dizer anteriormente é que temos espaço para isso.-----

----- Louvo daqui com certeza a participação de todos, é assim que acho que devemos deixar o maior legado para os nossos vindouros no que é essencial naquilo que é verdadeiramente importante nós encontramos sempre na divergência de opiniões a convergência necessária para fazermos bem a quem precisa.”-----

----- **Paulo Jorge Reis Tavares** – PUF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga; -----

-----”Em nome do Grupo Municipal do CDS, só deixar aqui duas ou três notas, até porque penso que não faz sentido estar a repetir o que já foi dito.-----

----- Em primeiro lugar, reafirmar e fortalecer aquilo que é o compromisso do Grupo Municipal do CDS com o Executivo Camarário, no sentido de apoiar tudo aquilo que são as iniciativas e medidas para apoio à nossa população, nesta fase crítica que pelos vistos veio para ficar, eventualmente até para se agravar.-----

----- Em relação a este apoio em concreto, sabemos a dificuldade que é de regulamentar algo que nunca foi regulamentado e apoiar algo de uma forma que nunca o foi feito, de facto a negociação ou a construção, melhor dizendo, deste apoio, foi feita da melhor forma, aqui uma palavra especial também para a Senhora Vereadora Elsa Corga, que foi, no fundo, a mediadora de todo este processo, penso que correu a contento de todos, portanto o Grupo Municipal do CDS deposita na Câmara Municipal esta confiança, também naturalmente, entendo o desafio que é a sua implementação e fazemos confiança que tudo fará o Município e com nossa ajuda para que de facto um esforço tão grande seja aplicado da melhor forma, que é esse o objetivo de todos e estamos certos que isso irá acontecer.-----

----- **Carla Eliana da Costa Tavares** – PS; -----

----- “Em relação aos trabalhos que aqui foram referidos obviamente não poderei também deixar de me associar a esta saudação, mas não obstante reconhecer que estamos todos de parabéns no sentido em que conseguimos de forma coordenada, levar a bom porto esta resposta tão importante para as nossas associações, não é menos verdade que não fizemos mais do que a nossa obrigação, é para isso que nós fomos eleitos e na verdade não



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

estamos a fazer mais do que a nossas obrigação.-----

----- Vim aqui apenas lembrar que esta resposta está dada, não será certamente o suficiente, mas pelo menos é um bom princípio, mas não queria deixar também de o lembrar, Senhor Presidente da Câmara, que para além destas associações, já aqui tinha falado anteriormente, é muito importante estar atento aquilo que se passa no Município, aos impactos que esta pandemia está ter em algumas empresas, felizmente nós temos tido notícias que curiosamente em alguns setores, que até têm uma forte implementação ou implantação no nosso concelho, está a ter um efeito positivo e até está a haver algum progresso, mas não será assim certamente em todos os setores, nem para todas as empresas e também todos os trabalhadores poderão não estar a viver os melhores momentos, por isso, Senhor Presidente da Câmara, aquilo que lhe venho voltar a perguntar é se o Executivo, se o Senhor Presidente da Câmara está acompanhar a evolução dos números do desemprego? Se está a fazer essa monitorização e bem assim se junto da Associação Empresarial de Águeda, está a acompanhar da situação das nossas empresas? E também junto da Associação Comercial de Águeda, está a acompanhar da situação do nosso comércio, das dificuldades que todos estes setores estão a sentir e se está a pensar, porque certamente não-de haver algumas dificuldades, se já estão a trabalhar na forma de lhes dar uma resposta de forma a ultrapassá-los?” -----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “ Muito rapidamente só para dizer ao Dr. Carlos Almeida que efetivamente o texto podia estar e dizer concretamente isso, corroboro, aliás é um facto o que aconteceu portanto a ideia surgiu aqui pelo Grupo Municipal do PSD, foi aceite por todos, trabalhamos todos em conjunto, é também verdade que o Município naquela altura já estava a trabalhar, mesmo com os clubes, com as associações, alguns tipo de respostas, algumas delas seriam eventualmente estas, outras não, mas o que importa é que efetivamente resultou daqui este trabalho, acho que fizemos todos o melhor que podíamos, por isso temos tudo para estarmos satisfeitos.-----

----- Agradecer as palavras a todos os outros intervenientes e dizer à Dr<sup>a</sup>. Carla Tavares que estamos a acompanhar, mas muito de perto, o que nos vai acontecendo, sabemos que há algumas empresas e pessoas, sobretudo com algum tipo de atividades de pequenos comércios, que têm dificuldades, posso-lhe dizer que inclusivamente nós que já não estávamos tão habituados, vamos ter no início da próxima semana já contratos de emprego e inserção com um número significativo e até de novos públicos, de pessoas que já foram fustigadas por esta situação. Dizer-lhe que estamos muito preocupados, aliás estamos a dar claramente sinais, sobretudo então para o comércio, até porque todos nós percebemos que uma cidade, as nossas terras sem comércio, sem estas empresas de comércio e de serviços que existem nos nossos núcleos urbanos o que é que é feito das nossa cidades, portanto nós temos vindo a fazer



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

um conjunto de iniciativas e de uma forma muito próxima, teimamos efetivamente em mantermos a nossa cidade e o nosso concelho vivos, para tentarmos lutar responsabilmente contra esta pandemia.-----

----- Com as empresas estamos a acompanhar, aliás estamos a preparar aí um pacote de empresas para dirigir às empresas, para respondermos a este plano e nos associarmos e alinharmos com este plano de recuperação e resiliência no sentido de tentarmos todos irmos alcançar um conjunto de apoios que sabemos que vão ficar à nossa mão, estamos a fazer esse trabalho, muito em breve estamos a chamar também os empresários e as empresas para podermos avançar rapidamente com essas medidas e sobretudo com essas formas de colaboração, é importante.-----

----- Queria realçar efetivamente este cuidado que toda a sociedade e todas as entidades muito responsáveis estão a ter no nosso concelho, relativamente a esta questão da pandemia e naturalmente que precisamos de metermos todos aquela responsabilidade individual que é fundamental e que faz com que a responsabilidade grupal exista, mas estamos naturalmente muito apostados em que as coisas nos corram pelo melhor, vamos apostar todos nisso.”-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, deliberou **aprovar por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal para aprovação do Programa Municipal de Apoio Extraordinário e Temporário nas áreas da Educação, Juventude, Desporto, Cultura e Ação Social.-----

----- **1.3 Apreciação e votação da Autorização Prévia da Assembleia Municipal, de acordo com o artigo 6º. da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro – Assunção de Compromissos Plurianuais, para:-----**

-----**1.3.1 Atribuição de apoios no âmbito do Código Regulamentar do Município de Águeda -Associativismo Cultural, Recreativo e Juvenil (F1);-----**

-----**1.3.2 Atribuição de apoios no âmbito do Código Regulamentar do Município de Águeda – Associativismo de Solidariedade Social (F3);-----**

-----**1.3.3 Concurso Público com publicação em JOUE - Aquisição de Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos a destino final pelas entidades que integram o Agrupamento de Entidades Adjudicantes composto pelos Municípios de Estarreja, Águeda, Murtosa e Sever do Vouga – CpubS\_AEA\_001/2020;-----**

-----**1.3.4 Concurso Público sem Publicidade Internacional para Aquisição de Serviços de Monitorização da Declaração Ambiental (DA) do Plano Diretor Municipal de Águeda (PDM) e Elaboração do Relatório Ambiental para a 2.ª Alteração à 1ª Revisão do PDM - AP/DAF/SERV- 170/19 - Assunção do compromisso plurianual da prestação de serviço.-----**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

- **Brito António Rodrigues Salvador** – Juntos; -----
- “ Vou aproveitar, antes de dar a palavra ao Senhor Presidente, de dar oportunidade de fazer declarações de interesse, se as houverem, faço a minha relativamente ao ponto 1.3.1, declarações de interesse relativamente à Associação Fermetelense de Assistência AFA e Banda Marcial de Fermentelos e relativamente ao ponto 1.3.2. declaração de interesse relativamente à Associação Fermetelense de Assistência AFA.-----
- Alguém mais quer fazer alguma declaração de interesse?”-----
- **Carla Eliana da Costa Tavares** – PS; -----
- “Obviamente quero fazer a minha declaração de interesses em relação à Orquestra Filarmónica de Óis da Ribeira, da qual sou Presidente da Assembleia Geral.”-----
- **Carlos Filipe Correia de Almeida** – PSD; -----
- “Posso-lhe propor uma coisa, da próxima vez, se aceitar o meu repto, se a gente puder levantar o braço, diz todos de uma vez e resolve logo o problema, se aceitar? -----
- Banda Nova de Fermentelos.”-----
- O Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que como é hábito discutem os pontos todos em conjunto e a votação será individual.-----
- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----
- “Só estes quatro sub-pontos, neste ponto 1.3 tem a ver com a assunção de compromissos plurianuais naturalmente que, não fosse a dilação que previu a Lei para nós pudéssemos apresentar o Orçamento e o Plano até trinta de novembro e estas propostas já teriam a sua correspondente rubrica orçamental no Orçamento do próximo ano e seguintes, mas mesmo assim, uma vez que iremos apresentar o Orçamento no próximo mês, estão aqui, portanto o primeiro é para atribuição dos apoios no âmbito do código regulamentar, ou seja, as candidaturas normais que acontecem para o Associativismo Cultural, Recreativo e Juvenil e depois também para o Associativismo de Solidariedade Social.-----
- O segundo é a abertura do novo concurso público com publicação em Jornal Oficial da União Europeia para Aquisição de Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos a destino final pelas entidades que integram o Agrupamento de Entidades Adjudicantes composto pelos Municípios de Estarreja, Águeda, Murtosa e Sever do Vouga, dizer que como sabem, o procedimento que tivemos aqui há alguns meses atrás, ficou deserto, ou seja não teve nenhuma proposta válida pelo que temos que repetir este concurso.-----
- Depois, finalmente o Concurso Público sem Publicidade Internacional para Aquisição de Serviços de Monitorização da Declaração Ambiental (DA) do Plano Diretor Municipal de Águeda (PDM) e Elaboração do Relatório Ambiental para a 2.ª Alteração à 1ª Revisão do PDM, são rubricas que têm execução em anos diferentes, em vários anos, por isso têm que vir a esta Assembleia Municipal.”-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS;**-----

----- “Uma vez que temos de tratar de todos os assuntos, vou direto aquilo que me interessa, que é saudar, em primeiro lugar, as correções que foram feitas a atribuição de apoios no âmbito do Código Regulamentar do Município (F3), mas deixar uma nota de pouca satisfação com aquilo que aconteceu, já foi aqui dito pelo Carlos Almeida, em relação à forma com o ficam redigidos os preâmbulos das propostas.-----

----- Esta proposta quando cá veio tinha erros materiais e a proposta que é aprovada pela Câmara para fazer a correção, diz que eram erros de redação, há uma diferença entre erros materiais e erros de redação, efetivamente havia erros de redação, mas havia também erros relativo à matéria dos apoios, inclusive havia erros em relação à rubrica a que dizia respeito o apoio.-----

----- É só esta nota de desagrado porque isto corresponde a um branqueamento daquilo que aconteceu, é meritório e extremamente positivo que tendo sido detetados erros, eles tenham sido corrigidos, dizer que os erros eram erros de redação, lamento, mas não é a verdade, é faltar à verdade e fazê-lo num documento de uma entidade administrativa pública.-----

----- O que tenho é uma dúvida que gostaria que fosse esclarecida no que respeita ao concurso público para publicação no JOUE – Jornal Oficial da União Europeia, portanto é um concurso público com publicidade internacional, como é obrigatório para concursos que envolvam verbas substanciais.-----

----- Este concurso foi realizado o ano passado e não ficou verdadeiramente deserto, é o termo técnico, os concorrentes que se apresentaram ou não cumpriam o caderno de encargos ou então, tanto quanto sei, apresentavam propostas acima do valor base do que foi proposto e esse valor base era, salvo erro, à volta de trinta euros, agora o valor base deste concurso é de quarenta e cinco euros por tonelada, portanto à volta de trinta, quarenta e cinco, trinta a dividir por dois é quinze, portanto há um aumento do preço do valor base do concurso de cerca cinquenta por cento, passamos de trinta para quarenta e cinco.-----

----- Tendo em conta que quando se vai a um concurso, se estabelece o valor base, com base em cálculos matemáticos e na consideração dos valores dos custos totais, portanto estas coisas não caem do céu, aquilo que gostaria de compreender era onde é que mora o erro? No primeiro caderno de encargos, ainda não sabemos como é que fica este concurso, também pode ficar vazio ou deserto, mas houve uma alteração substancial do valor base e percebo que o objetivo é poder encaixar os concorrentes que se apresentaram e portanto esta valor passa de trinta para quarenta e cinco euros por tonelada de lixo recolhido, agora queria saber é em concreto, qual foi o item do estabelecimento do preço que foi alterado? E porque é que ele estava ele errado? Fiz-me entender Senhor Presidente? A resposta deve ser muito simples, há-de haver aí um ou dois itens do caderno de encargos cuja avaliação





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

do preço difere significativamente de um concurso para outro, gostaria que me informasse quais são?”-----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos** – PSD; -----

----- “Uma nota breve, a minha colega, Ana Rita Carlos, pediu para fazer a sua declaração de interesses em relação à Bela Vista, para ela não ter também que vir aqui.-----

----- Em relação ao que disse o Deputado Manuel Farias, tenho alguma dúvida naquela questão dos interesses da Derrama, o Farias diz que não devia sequer ter votado na questão da Derrama porque tem interesses. Por esse sentido nenhum de nós poderia ter votado no IRS também, penso que esta declaração de interesses é quando é visada exatamente a instituição à qual nós estamos diretamente ligados, penso que não é isto de uma maneira tão lata, nem sobre o IMI, nunca ninguém podia aqui o IMI, a não ser quem vivesse debaixo da ponte. É uma nota, poderei estar errado.-----

----- A questão que me traz aqui é a questão também do contrato dos lixos, contrato de recolha dos resíduos sólidos urbanos.-----

----- Este contrato, como já disse o colega Miguel, este concurso ficou deserto na primeira fase, onde se apresentava como proposta base um preço de trinta e um euros a tonelada, penso que a Câmara estava a pagar vinte e nove euros e meio a tonelada, não tenho bem a certeza, vinte e cinco, fui fazer as contas do que a Câmara pagou em termos de transporte e recolha de resíduos, na prestação de contas de 2019 e deu mais ou menos, tendo em atenção as dezasseis mil toneladas, vinte e nove euros e meio, se é vinte e cinco, depois mais à frente temos que perceber porquê? Se é que é mais toneladas ou não porque basicamente estima-se aqui uma quantidade de dezasseis mil toneladas anuais.-----

----- Ficou deserto efetivamente esse concurso, houve propostas de trinta e oito euros na altura Miguel, quarenta sessenta e um, algumas que ficavam também excluídas porque não cumpriam tudo, enfim. Na altura o Senhor Presidente penso que terá explicado isso, havia algumas dificuldades porque com a subida do custo da mão de obra existente, aconteceu isto também, penso que ao nível dos transportes e não só, houve uma subida do custo de mão de obra e que neste tipo de serviços na altura refletiu-se muito.-----

----- Estamos a falar de um processo de 2019, em que o ano de 2019 infelizmente para a economia é completamente diferente do ano de 2020, infelizmente no ano 2020 e nos anos seguintes tudo vai mudar a este nível, o desemprego tem crescido muito, e obviamente havendo maior capacidade de emprego, o custo da mão de obra acompanha infelizmente para baixo e não para cima.-----

----- Estamos a falar de um concurso de quase doze milhões de euros, estamos a falar de um concurso em que nos próximos cinco anos Águeda pagará quase quatro milhões de euros, três virgula oito milhões e euros, tendo em atenção o valor do IVA que são seis por cento, penso que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

é o IVA dos IRSUs, e estamos a falar de um crescimento na proposta não de cinquenta por cento, mas de sessenta e dois por cento, para nós percebermos, Águeda vai pagar a mais do que o pagou em 2019, mais quase trezentos mil euros, concretamente mais duzentos e noventa mil duzentos e vinte e seis euros, se tivermos em atenção o parâmetro das dezasseis mil toneladas, que não serão dezasseis mil, podem ser quinze mil e novecentas, dezasseis mil e cem, não sei, estou a falar nos números que nos dão.-----

----- A parte dos resíduos sólidos urbanos custam ao concelho de Águeda um milhão e oitenta e três mil euros, custaram em 2019, nas últimas contas que nós temos, quatrocentos e setenta e dois mil euros é para a recolha e seiscentos e quatro mil euros nós pagamos para fazer o tratamento dos resíduos, julgo que será na estação da ERSUC.-----

----- O que está em causa aqui, é esta verba de quatrocentos e setenta e dois mil, de quatrocentos e setenta e dois mil passaremos para setecentos e sessenta e dois mil euros, à volta disso, na proposta que se nos apresenta aqui hoje.-----

----- Há uma grade diferença de preço a pagar nesta proposta, acho que é uma subida enorme que não tem nada a ver só com subidas de mão de obra, tem com certeza a ver com outras situações que as empresas que fazem estes trabalhos lá saberão.-----

----- É-nos difícil tomar decisões diferentes destas, porque as empresas que existem a concurso são aquelas, nós não temos nenhum meio, mas o que tenho que perceber, aqui é que já me é mais difícil de perceber Senhor Presidente e pode haver lógica disto, não estou a dizer que não haja, são questões, porque é que então se de um momento para o outro temos uma subida de sessenta e dois por cento, fruto de condições momentâneas como a mão de obra, naquela altura do concurso, porque é que vamos fazer um concurso de cinco mais três anos? Nós estamos a assumir aqui um concurso para cinco anos, com opção de mais três, oito anos. Então se tivermos neste momento um conjunto de empresas, que em conjunto nos pressionaram e disseram “Vocês já não vão pagar trinta e um ou vinte e cinco” como disse o Paulo ou vinte e nove e meio, como está na prestação de contas, “vão pagar quarenta ou quarenta e dois ou quarenta e cinco” penso que quarenta e cinco é um valor que puseram, pode e cinco não foi à toa, se estamos a sofrer esta pressão da parte das empresas, porque é que vamos fazer um concurso a cinco anos? Então vamos fazer a dois ou a três, depois mais à frente logo vemos, porque é que nos vamos hipotecar por dois mandatos.-----

----- Esta é a primeira questão, porquê cinco mais três anos? Vi a justificação, a justificação diz “porque vamos comprar carros novos” diz a empresa, não diz é quais são, nem diz qual é o investimento que vai gastar na compra dos carros novos para se justificar isto, a primeira questão é esta, acho que a justificação que está não colhe.-----

----- Segunda questão, diz a proposta que vão ser comprados contentores todos novos e há uma coisa na proposta de Águeda que fala sobre os tipos de contentores e Águeda fala de dois mil e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

oitenta contentores, penso, à volta disso, mas que vão de mil litros a duzentos e cinquenta, não especifica exatamente e é muito diferente um contentor de mil e um contentor de duzentos litros ou duzentos e cinquenta é muito diferente, os outros municípios têm mais ou menos especificado nós não temos, não estou a dizer que está mal, estou a dizer o que lá está, é difícil avaliar esse facto. Vamos comprar contentores todos novos, mas um contentor do lixo terá que ser trocado de quanto em quanto tempo? Para nós percebermos, para percebermos se esta compra de uma vez é suficiente, se eles são válidos por oito anos, se são válidos por cinco, por quatro ou por três? É a minha outra questão.-----

----- Depois, Senhor Presidente, tinha aqui outra pergunta mas quero que me confirme, vi isso em determinado momento, o regulamento é muito extenso, não há um valor mínimo para pagarmos, nós que temos mais anos nestas coisas Senhor Presidente, lembrei-me da questão da SIMRIA, dos caudais que éramos obrigados a pagar, a minha questão é esta, nós temos um contrato de dezasseis mil toneladas, se nós gastarmos só catorze mil, só pagamos catorze mil, acho que está lá isto no contrato, vi lá isso numa nota, mas quero que me confirme isso, porque na SIMRIA fomos aqui todos enganados, nós, não Águeda, todas as pessoas que estavam envolvidas na SIMRIA, bem se lembram todos, portanto temos que estar atentos a este pequenos pormenores.-----

----- Também gostava de lhe perguntar se está ou não previsto o aumento da rede? Estes contentores são para a rede que hoje temos? O que gostava de saber é, amanhã abrimos novas ruas, abrimos novos espaços, é preciso novos contentores, se isto está ou não garantido ou se vamos ter que utilizar os mesmos que já temos? Se isso é possível ou se não é, onde é que isso está definido no contrato?-----

----- Terminando, se não for por uma imposição legal de obrigatoriedade de concurso, por ser um concurso internacional, tenho muita dificuldade em votar esta proposta, neste momento a oito anos, senão houver uma obrigatoriedade disso, se for só uma questão de opção, a oito anos ou cinco anos, porque acho que se estamos a sofrer uma grande pressão neste momento, não acredito, acho que seria de boa gestão, não fazermos por um processo tão longo de tempo, sei que os outros municípios, Estarreja, Murtosa e Sever do Vouga também estão envolvidos nisto, mas seria de bom tom e de uma maneira prudente não nos atravessarmos já para tantos anos à frente.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida – Juntos – Presidente;** -----

----- “Vou tentar explicar aqui algumas coisas e desde já dar nota de que há aqui um conjunto de perguntas que acho que fazem todo o sentido, e dizer que efetivamente há esta escalada de preços, mas esta escalada de preços existem neste mercado. Nós entramos, há uns meses atrás, com outro concurso em que fizemos trinta e um euros, à volta disso, de preço por tonelada e o que é certo é que tivemos tecnicamente o concurso deserto porquê? Porque não



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

tivemos nenhuma resposta válida, todas as propostas apresentadas eram com valores significativamente muito acima, nós vamos agora com os quarenta e cinco euros e queria dizer que por exemplo, tenho aqui já neste momento o relatório do concurso feito aqui pelos nossos vizinhos de Albergaria, Vagos e Oliveira do Bairro e dizer-vos que eles estão a adjudicar por quarenta e oito euros e setenta e dois cêntimos a tonelada, e ainda por cima com algumas nuances porque, neste caso, os nossos quarenta e cinco euros entram já com lavagens de contentores, ou seja, a métrica única e exclusivamente é o preço por tonelada do resíduo recolhido e entregue na unidade de tratamento mecânico e biológico ali de Eirol, e todos os custos associados ao processo, nomeadamente lavagem de contentores, substituição de contentores, fornecimento de contentores, está englobado em tudo, em todo este processo, portanto é este o preço base, o que é que é isto de preço base? É o preço máximo que poderá validar qualquer proposta, portanto aquilo que é expeável é que o preço seja daqui para baixo, porque se for daqui para cima as propostas todas, estaremos cá outra vez com toda a certeza nesta altura.-----

---- Nós estamos, neste momento, a pagar à Luzágua quarenta euros ponto setenta e efetivamente, fruto do contrato anterior estávamos com vinte e cinco ponto sete, neste momento, já com ajuste porque começamos com vinte e quatro e picos.-----

---- Porquê os cinco anos mais três? É indiscutível e estas contas que estivemos todos a fazer é que se nós formos com prazos menores de certeza que vamos ter preços por tonelada mais caros, porquê? Porque há investimentos à cabeça que terão que ser feitos indiscutivelmente, nomeadamente a nível tanto da contentorização, como dos equipamentos de recolha.-----

---- Nós tivemos algum conjunto de opções de não estarmos a especificar em demasia os nossos contentores, foi uma opção que nós fizemos porque temos inclusivamente preconizada a possibilidade de depois ajustarmos com a empresa que ganhe, formas de contentorização, nós estamos a pensar que em alguns espaços, nomeadamente mais centrais tanto da cidade como da freguesia, apostarmos na carga lateral com contentorizações diferentes e que naturalmente terão, além de outro aspeto, outro tipo de arrumação e sobretudo outra capacidade.-----

---- Águeda relativamente a alguns de outros municípios, penso que Estarreja um pouco, não tanto como nós, mas Águeda consegue ter capacidade para acomodar pelo menos, um camião destes que faça este tipo de recolha de forma sistematizada e diária, suponho que Sever do Vouga vai ter mais dificuldade em ter, tal como a Murtosa, portanto nós queremos prever porque esta possibilidade indiscutivelmente seria um avanço.-----

---- Outra questão que tem a ver com uma pergunta que fez e muito bem, lembro aqui uma situação que está trabalhada também neste caderno de encargos que tem a ver já com a questão dos bio resíduos e da legislação que vamos ter todos que cumprir relativamente aos bio resíduos e tivemos aqui algum cuidado, é que as dezasseis mil toneladas que aqui vêm



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

mencionadas, é calculado por baixo, para quê? Para evitar exatamente este tipo de coisas que poderiam surgir, de ser pedido um reequilíbrio financeiro da concessão, que nós naturalmente queremos evitar, é preferível nós estarmos a dizer que vamos num concurso com dezasseis e depois serem dezoito, do que ser ao contrário, porque aí correríamos sérios riscos e esse risco existiria com toda a certeza porque nós vamos ter que cumprir a legislação relativamente aos bio resíduos e naturalmente que neste período vamos ter aqui novas formas de recolha que temos depois que calibrar relativamente a esta questão. Portanto, é essa a razão, os cinco mais três anos, os três anos são opcionais depois no fim, naturalmente que serão aceites, se na altura o negócio for bom, será uma via para irmos, de outra forma não, se baixarmos o número de anos deste contrato, tudo nos leva a crer que este preço não seria o suficiente. Já agora, o preço base foi calculado pelos preços que nós tivemos de andar e fizemos o cálculo pelos contratos mais recentes, da outra vez foi um bocadinho otimista demais, vamos ver se desta forma, estamos confiantes que sim, que desta forma e com este preço base vamos conseguir ter propostas válidas.”-----

----- **Carla Eliana da Costa Tavares** – PS; -----

----- “Apesar de o Senhor Presidente da Câmara acabar por nesta parte final, dar em parte resposta aquilo que aqui vinha perguntar, tinha precisamente a ver com essa preocupação, com as metas europeias e que até 2025, ou seja, daqui ... já a cinco anos, daqui por quatro anos, vamos ter que reduzir em cinquenta e cinco por cento, aliás cinquenta e cinco por cento vão ter que ser resíduos reciclados, depois passará para sessenta por cento em 2030, e depois sessenta e cinco por cento em 2035. Isso significa uma redução já em 2025 para oito mil e oitocentas toneladas, por isso Senhor Presidente, e de acordo com aquilo que agora estava a referir, pergunto se o valor que se vai contabilizar para a redução é o valor que temos agora e não um valor que se possa imaginar, por isso é que lhe pergunto se foi devidamente equacionado esta possibilidade da redução? Porque de facto esta é uma realidade e o Senhor Presidente ainda bem que está bem ciente disso, esta é uma realidade, vamos mesmo ter que reduzir e já agora aproveito para lhe perguntar se vamos mesmo ter que reduzir, que iniciativas é que a Câmara está a desenvolver, designadamente ao nível das escolas, da cidadania, do incentivo à reciclagem, porque este é um processo que tem ser trabalhado e planeado com antecedência, o que é que estão a pensar fazer?”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS;-----

----- “Dá-me ideia que o Senhor Presidente da Câmara, ou não o compreendi ou não me reconheceu, não me respondeu.-----

----- Quais foram os itens técnicos que foram mal avaliados no primeiro concurso? Foi isso que lhe perguntei.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- “Duas notas relativamente a esta questão levantada pelo Deputado Miguel Oliveira, dizer-lhe que o erro foi claramente os valores superiores e esta escalada de preços que se está a verificar, é indiscutível, porquê? Porque o nosso antecedente era vinte e cinco euros e qualquer coisa, pensamos de uma forma otimista que os trinta e um que chegariam, este cálculo foi suportado porque nós tivemos que fazer uma consulta de preços informal, como bem sabem, para estipular o preço base, no âmbito de tudo isto, isso foi feito com várias empresas, fez-nos, com algum nível de confiança, irmos por aquele valor, o que é certo é que não conseguimos nenhuma proposta porque todos os concorrentes optaram por ir acima dessa proposta, portanto aquilo que nós tivemos que fazer agora também foi subir e arranjarmos de acordo com aquilo que nos vai circundando e dos concursos que vão havendo, justificação para este preço base, esta justificação está devidamente feita, enquadrada e está devidamente aceite e de acordo com os critérios do Tribunal de Contas.-----

----- Relativamente a esta questão das metas europeias a que estamos obrigados, naturalmente que temos isso em atenção, esta questão da diminuição das toneladas já tem exatamente a ver nomeadamente e principalmente com esta questão dos bio resíduos, no entanto queria dizer que, há alguns anos, temos aqui uma iniciativa, também no âmbito dos bio resíduos, que é a recolha porta a porta que fazemos aos restaurantes da baixa da cidade, já lá vão alguns anos, tem sido uma iniciativa que conta com a empresa que faz a recolha, mas também com os nossos funcionários e com os proprietários dos restaurantes.-----

----- No meio destas questões todas, temos uma aposta muito grande na formação e no ambiente educativo a nível das escolas, lembro aqui que temos cada vez mais eco escolas, onde estas componentes ambientais e nomeadamente as questão da separação são bem evidentes e temos grande esperança nesta geração mais nova que nos vai ensinando e que quem tem filhos pequenos percebe claramente porque eles quase em casa dão indicações muito precisas relativamente a esta matéria.-----

----- A par disto, temos outras pessoas que continuam a ter práticas completamente desajustadas, nomeadamente aquilo que nós vamos vendo junto de alguns contentores ou até fora de alguns contentores, que nos complicam muito a vida.-----

----- Uma nota, já o tenho dito aqui, que é muito, muito importante nós estarmos todos bem cientes dela, e que é uma disfuncionalidade na minha ótica de tudo isto, esta questão da Sociedade Ponto Verde e da existência da Sociedade Ponto Verde relativamente aos recicláveis e sobretudo das concessões únicas que fizeram em determinados territórios, no nosso caso é a ERSUC, leva-nos a ter disfunções de tudo isto e a partir de agora que a própria ERSUC, neste caso concreto na área dos resíduos, é uma entidade privada, percebo cada vez mais aqui uma dicotomia de interesses, porque reparem numa coisa, tudo o que é cadeia de recicláveis, tudo o que são eco pontos, são da inteira responsabilidade da ERSUC que a Câmara não paga, não



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

deveria pagar até nenhuns contentores, mas alguns daqueles mais enterrados, semienterrados e até de outras questões muitas vezes temos que o fazer para apostarmos também nós nesta reciclagem, deveria ser a ERSUC a dotar de uma cobertura homogénea capaz e sobretudo circuitos de recolha eficientes, vocês vêem muitas vezes em Águeda e em todo o lado, não vale a pena histórias, os contentores de recolha seletiva completamente a abarrotar e sobretudo em muito, muito mau estado, muito pouco apelativos no fundo e são indiscutivelmente da responsabilidade da ERSUC, e agora vejam bem o que é que acontece, se a Câmara através dos circuitos de recolha de resíduos sólidos urbanos para a qual tem competência e paga e é aquilo que nós estamos a tratar neste concurso, lhe fizer chegar materiais de fácil escolha recicláveis, o que é que acaba por acontecer? Os recicláveis ficam no lado da ERSUC que os valoriza da mesma forma que os faz no sistema de recolha normal que eles têm de suportar, pagar e fazer tudo resto e depois ainda para cumulo a Câmara paga-lhe por tonelada por os depositar e ainda por cima depois a taxa de resíduos e tratamento.-----

----- Efetivamente é muito difícil trabalharmos assim porque o interesse desta entidade não é o mesmo interesse do Município, não é o mesmo interesse do cidadão. Depois pior do que isto, nós temos más práticas, algumas delas incrivelmente más, porque reparem numa coisa, vocês sabem que o nível de contaminação dos nossos resíduos nos ecopontos, ou seja, no contentor do papel que quantas vezes lá vão fraldas e resíduos de cozinha e coisa do género misturados, sabem o que é que faz com que isto aconteça? O camião que anda aí da ERSUC a recolher os recicláveis, chega à Estação Mecânica e Biológica e vai colocar os recicláveis no mesmo sítio onde nós depositamos os resíduos sólidos urbanos, ou seja, eles vão ter que fazer o mesmo circuito porque também têm que ser separados.-----

----- Percebem agora o muito menor interesse que esta empresa tem em divulgar, incentivar e apostar nos circuitos de reciclagem.-----

----- Já agora, para que fiquem todos a saber, se a Câmara promover circuitos de reciclagem, recolhas de materiais, têm obrigação legal de os entregar gratuitamente à ERSUC.-----

----- Isto é uma disfunção e acho que merece rapidamente..., porque, por exemplo, basta irmos aqui para a nossa vizinha Espanha, e isto não acontece, os municípios são responsáveis por toda a cadeia, aliás os recicláveis fazem parte da valorização que nos vão ajudar a atenuar este preço, percebem?-----

----- Acho que isto merece uma volta, naturalmente que nos vamos dando conta nos nossos fóruns onde aparecemos destas coisas, já agora sensibilizo-vos a todos para esta, não tem outro nome, é uma disfunção do sistema.”-----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos** – PSD; -----

----- “O Senhor Presidente deu a explicação que me parecia lógica, antes de sequer de se fazer o concurso, fez-se uma consulta informal para se saber o preço base que seria de lançar e essa



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

consulta informal deu com certeza à volta dos trinta e um euros, se não, vocês não tinham feito o concurso por trinta e um euros.-----

---- Ora, não há nenhuma justificação para o preço passar, em poucos meses, de trinta e um para quarenta e cinco ou quarenta, quarenta e dois ou quarenta e oito ou o que seja, a não ser que esteja a haver aqui cartel da parte das empresas e estão-se a aproveitar dos municípios. ----

---- Em face disso, nós não vamos votar contra a proposta, mas vamos abster-nos e abstemo-nos porque não concordamos com o método dos cinco anos. Acho que o Município e o consórcios, neste caso, os quatro municípios, deviam fazer um concurso mais curto e encontrarem soluções e fazer-se queixa sobre isto a Autoridade da Concorrência, porque o que está aqui haver é claramente um cartel das empresas, a ser como estamos a dizer”-----

---- Não havendo mais inscrições para intervir acerca ponto 1.3.1 da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, deliberou **aprovar por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal para **Atribuição de apoios no âmbito do Código Regulamentar do Município de Águeda Associativismo Cultural, Recreativo e Juvenil (F1)**. -----

-----**1.3.2 Atribuição de apoios no âmbito do Código Regulamentar do Município de Águeda – Associativismo de Solidariedade Social (F3)**;-----

---- O Senhor Presidente da Mesa colocou a votação o ponto acima referido, tendo-se verificado que a Assembleia, deliberou **aprovar por unanimidade**.-----

----- **1.3.3 Concurso Público com publicação em JOUE - Aquisição de Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos a destino final pelas entidades que integram o Agrupamento de Entidades Adjudicantes composto pelos Municípios de Estarreja, Águeda, Murtosa e Sever do Vouga – CpubS\_AEA\_001/2020**;-----

---- Colocado à votação o ponto 1.3.3 da ordem de trabalhos, verificou-se que a Assembleia **aprovou por maioria**, com nove abstenções do Grupo Municipal do PSD, três abstenções do Grupo Municipal do CDS e seis abstenções do Grupo Municipal do PS a proposta da Câmara Municipal para **Concurso Público com publicação em JOUE - Aquisição de Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos a destino final pelas entidades que integram o Agrupamento de Entidades Adjudicantes composto pelos Municípios de Estarreja, Águeda, Murtosa e Sever do Vouga – CpubS\_AEA\_001/2020**;-----

----- **1.3.4 Concurso Público sem Publicidade Internacional para Aquisição de Serviços de Monitorização da Declaração Ambiental (DA) do Plano Diretor Municipal de Águeda (PDM) e Elaboração do Relatório Ambiental para a 2.ª Alteração à 1ª Revisão do PDM - AP/DAF/SERV- 170/19 - Assunção do compromisso plurianual da prestação de serviço**.-----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

---- Colocado à votação o ponto acima referido, verificou-se que a Assembleia Municipal **aprovou por maioria.**-----

---- **1.4 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Valongo do Vouga no âmbito do evento “Festas da Vila” 2020;**-----

---- **Jorge Henrique Fernandes Almeida – Juntos – Presidente;** -----

---- “...a outra que têm vindo cá noutros anos.”-----

---- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, deliberou **aprovar por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal para atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Valongo do Vouga no âmbito do evento “Festas da Vila” 2020. -----

---- **1.5 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para Concessão de Apoio Extraordinário à União de Freguesias de Recardães e Espinhel;**-----

---- **Jorge Henrique Fernandes Almeida – Juntos – Presidente;** -----

---- “Só para dar uma nota de que esta oportunidade e é isto que nós lhe devemos chamar, foi-nos sinalizada pelo Senhor Presidente da Junta, depois o Senhor Vereador João Clemente em conjunto com ele, conseguirão fazer uma negociação, que nos parece vantajosa, deste imóvel, o sítio que é, e sobretudo a grande vantagem que nos vai trazer a todos nesta situação faz com que naturalmente tivéssemos disponíveis para avançarmos com esta proposta de concessão de apoio extraordinário à União de Freguesias, ali na Piedade, junto aos semáforos, penso que vamos conseguir ter outro enquadramento para a via e depois naturalmente que ficará ali um espaço ainda disponível para que a Junta de Freguesia lá possa efetivamente criar um espaço interessante para o lugar da Piedade.”-----

---- **Carlos Filipe Correia de Almeida – PSD;** -----

---- “Acho sinceramente que é uma grande oportunidade para resolver um problema ou para iniciar a resolução de um problema de um constrangimento que está ali, a par aliás, e era bom que também olhasse-mos para isso, a par do que fez Aveiro, numa ligação Águeda/Aveiro que estava congestionada, Aveiro fez ali uma grande obra que nos ajuda a chegar mais rápido a Aveiro.”-----

---- Naturalmente que vamos votar favoravelmente.-----

---- Não posso concordar é que esta aquisição seja digamos, retirada daquilo que é a verba que a Junta de Freguesia de Recardães tem, para aquilo a que nós podemos chamar grosso modo, protocolos, não é?-----

---- Para o ano a Junta de Freguesia de Recardães tem exatamente a mesma verba que teria em condições normais, é isso?-----

---- Tenho que o parabenizar que faz muito bem, é uma excelente iniciativa para resolver



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

um problema e sei que existe outro.-----

----- Do PSD tem todo o apoio.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “Senhor Deputado Carlos Almeida, agradeço que tenha tocado no assunto, não vale a pena ficarem dúvidas nenhuma, há uma questão que é o seguinte, vou aqui explicar tudo com total transparência.-----

----- Disse, tive o cuidado de dizer que o negócio e a iniciativa foi sinalizada pelo Senhor Presidente da Junta, Senhor Manuel Campos, poderia a Câmara Municipal ter adquirido o terreno, pagava o mesmo e incorporava-o no seu património, mas atenção, a nossa intenção foi indiscutivelmente claro, não tirarmos, no fundo a iniciativa ficasse bem patente a iniciativa partiu do Senhor Presidente da Junta, foi claro, por isso é que é um apoio extraordinário, por uma razão muito simples, a oportunidade e o interesse local e concelhio é inquestionável.-----

----- Senhor Presidente obrigada pela iniciativa, para estas e outras parecidas naturalmente que estamos sempre dispostos, enquanto der.”-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, deliberou **aprovar por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal para concessão de apoio extraordinário à União de Freguesias de Recardães e Espinhel.-----

----- **1.6 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração da deliberação do Executivo Municipal de 07/07/2020 que aprovou a concessão do apoio financeiro à Junta de Freguesia de Macinhata do Vouga;**-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- (Gravação sem som)“... negócio da aquisição de um imóvel que também já aqui foi validado junto à Junta de Freguesia e que naturalmente lhe faz prever que as obras andarão mais lentamente e portanto não consigam realizar.-----

----- Faz-nos esta alteração e a proposta de dividirmos o apoio em duas situações, agora também para um veículo, sem problema nenhum, é uma opção da Junta de Freguesia e fazemo-lo sem qualquer questão, já não é a primeira vez que fazemos este tipo de alterações.”--

----- **Carla Eliana da Costa Tavares** – PS; -----

-----”Só queria fazer algumas questões porque de facto, não só este enquadramento da proposta que aqui traz, não é que seja estranha, estranha não é, mas não é muito usual, tendo em conta esta alteração, e já agora porque não sabemos, pelo menos eu não sei, e gostava que fosse esclarecido.-----

----- Qual é o enquadramento da aquisição desta viatura da Proteção Civil ? Ou seja, pergunto, se em Macinhata do Vouga também está previsto ser constituída mais uma Associação de Proteção Civil?-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Questionar também, se existem pessoas com formação específica para atuar neste contexto?-----

----- Já agora, independentemente da resposta que venha a ser dada, bem sei do papel importante que as Associações de Proteção Civil têm no nosso concelho, as que já existem pelo menos, mas também não deixo de ficar preocupada com esta proliferação de iniciativas que, por um lado, devem ser aplaudidas, porque de facto partem de iniciativas não só de cidadãos mas também das juntas de freguesia, mas não deixa de me causar preocupação, tendo nós uma cooperação de bombeiros no nosso concelho que também precisa de ser apoiada e que às vezes sente-se que estão a ser esvaziadas as suas competências, mas este é o sitio certo para obter esclarecimentos, certamente que estarei enganada e era precisamente isso que aqui vinha solicitar, que fosse dado esclarecimento a estas questões colocadas.”-----

----- **Pedro Joaquim Faria de Oliveira Marques** - PJ de Macinhata do Vouga; -----

----- “Dizer que efetivamente é aquilo que o Senhor Presidente da Câmara disse há um bocadinho, em sete do sete de 2020, houve um apoio concedido à Junta de Freguesia para a aquisição e para a concretização de um mini auditório, numa casa junto à sede da Junta de Freguesia, que ainda não foi possível porque, este Covid, os vendedores estão em França e tem sido muito complicado.”-----

----- Quanto à Proteção Civil, há efetivamente uma Associação de Proteção Civil em Macinhata do Vouga, que já está constituída, o caminho faz-se caminhando, sei que há contactos da Associação com o Comandante dos Bombeiros para a realização de formação específica. Sei também que a Associação de Proteção Civil está neste momento a equacionar, aliás já apareceu inclusivamente em Macinhata do Vouga, aquando a realização da feira do Beco, na sensibilização, na distribuição de álcool gel e na sensibilização das pessoas para a manutenção das distâncias de segurança junto dos comerciantes, eles já apareceram, portanto existem e estão legalmente constituídos.”-----

----- Creio que respondi à pergunta.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “A proposta não é estranha porque já várias vezes vieram cá propostas deste género, de alteração a pedido das Juntas de Freguesia, portanto não é estranha, já de outras vezes cá vieram de outras juntas de freguesia, também não é diferente, é exatamente alinhada com o que tem acontecido várias vezes.”-----

----- Dizer que efetivamente tenho conhecimento de uma Associação de Proteção Civil que já está constituída a algum tempo, em Macinhata do Vouga. Também, já agora, há um conjunto muito significativo de juntas de freguesia que têm aqueles chamados “quites de primeira intervenção” que numa altura foram patrocinados pela Câmara e também por um programa do Governo que acompanhou, nessa altura, a entrega desse tipo de quites às juntas de freguesia, a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

uma série delas, bastantes que nós temos com esses quites e os quites são transportados em viaturas naturalmente, habitualmente quatro por quatro.-----

----- Uma coisa que nós tínhamos aqui e temos esse cuidado é que estas associações e este voluntarismo e esta voluntariedade que nos aparece nas nossas freguesias e sobretudo aquelas que têm manchas florestais maiores, naturalmente que é bem vindo e sobretudo porque é constituído por pessoas que já não têm, na sua esmagadora maioria, condições para poder a vir a ser bombeiros, como sabe os bombeiros têm também um conjunto de características que têm que ter e a idade. Por exemplo é um fator importante e quem não é bombeiro a uma determinada idade, já dificilmente o será numa idade mais avançada. Portanto nós temos este cuidado de promovermos isto, mas por outro lado não desperdiçarmos esta capacidade e este número de voluntários que nos vai surgindo e que surgindo um pouco por estas freguesias e que nas horas em que temos incêndios e outros episódios de Proteção Civil, naturalmente são-nos muito bem vindos e sobretudo fazem a diferença no nosso concelho.-----

----- Depois queria-lhe dizer que, quando me diz que os Bombeiros precisam de apoiados, nós tivemos aqui, por proposta do Executivo e naturalmente alinhados com toda esta Assembleia, a fazermos aqui recentemente propostas aos Bombeiros que acho que estamos num patamar como nunca estivemos, os Bombeiros nunca foram tão apoiados como estão a ser neste momento, é um facto, não vale a pena estarmos com discussões, nós temos essa sensibilidade. Além disso, também é preciso dizermos, há aqui um incentivo claro aos Bombeiros Voluntários, nós aprovamos aqui também aquele regulamento de benefícios aos nossos Bombeiros Voluntários, que se aplica aos Bombeiros e que não se aplica a estes voluntários e sabem porquê? Exatamente para fazermos a diferença, porque ser bombeiro é diferente de pertencer a uma Associação de Proteção Civil ou a uma Unidade Local de Proteção Civil, ser bombeiro é outra coisa e que naturalmente obriga a outro tipo de exigências e sobretudo a outro nível de dedicação. Estou ciente que muitos destes voluntários os seriam com muito gosto, mas muitos deles, volto a dizer, já não teriam condições e acho que não os devemos desperdiçar, é por aí, nunca em concorrência com os Bombeiros, nunca.”-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, deliberou **aprovar por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de alteração da deliberação do Executivo Municipal de 07/07/2020 que aprovou a concessão do apoio financeiro à Junta de Freguesia de Macinhata do Vouga.-----

----- **1.7 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Contrato Interadministrativo com a União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira, no âmbito dos transportes escolares;**-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida – Juntos – Presidente;** -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- “Só para dizer que no âmbito daquilo que nós já vamos fazendo há muito, a Câmara Municipal com algumas juntas de freguesia, termos as juntas de freguesia também como parceiros e ser parceiro é isto mesmo, é colaborarmos uns com os outros na resolução deste problema que é o transporte dos nossos alunos para as escolas a tempo e horas.-----

----- Lembro, o início desta proposta começou exatamente com a Freguesia de Macieira de Alcôba, já lá vão uma série de anos, em que a Câmara Municipal entregou uma carrinha naquela altura e que já agora naturalmente foi essa carrinha mesmo que foi entregue à Junta de Freguesia do Préstimo e Macieira de Alcôba, depois o Préstimo, depois Belazaima e por aí fora.-

----- Nós há uns dias aprovamos aqui o apoio financeiro para a aquisição de uma carrinha de nove lugares e verificou-se a necessidade de que a União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira pudesse apoiar e também ser parceiro neste desígnio, que é transportar os alunos para a escola de Travassô e também, penso, que estão contemplados aqui alguns transportes em alguns dias ou pelo menos um dia por semana também a partir de Fermentelos para Óis da Ribeira, penso, a única coisa que tenho a dizer é que efetivamente é mais uma parceria que nós temos com mais uma Junta de Freguesia e muito bem.”-----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, deliberou **aprovar por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de Contrato Interadministrativo com a União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira, no âmbito dos transportes escolares.-----

----- **1.8 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de retificação de documento anexo à proposta 353/2020 - Alteração estatutos da AMC – Vouga, Associação de Municípios do Carvoeiro – Vouga.**-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida – Juntos – Presidente;** -----

----- “Só para referir que uma vez mais se verifica, não tenho, nunca terei qualquer constrangimento em retirar uma proposta, sobretudo quando não tivermos condições de urgência, quando suscitam algumas dúvidas.-----

----- O Deputado Miguel Oliveira na última sessão levantou algumas dúvidas, não consegui ter uma resposta perentória às dúvidas que ele levantou naquela sessão, naturalmente que no final da sessão e nos dias subsequentes procuramos esse esclarecimento, foi o Dr. Dário Matos que é o jurista que apoia neste processo e em muitos outros a Associação de Municípios do Carvoeiro Vouga, quero dizer que estes Estatutos e esta Alteração de Estatutos estão votados nas outras Assembleias Municipais dos sete restantes concelhos, e portanto aquilo que tinha dito parece-me que, de uma forma aqui muito simples, está explicado o que se confirma, ou seja tornou-se mais exigente a autorização para a concessão de serviços e alienação do sistema do que até a alienação de bens imóveis do qual essa não está sequer sujeita a aprovação dos dois terços, não há aqui nenhuma questão, efetivamente complicamos mais essa possibilidade com



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

estes Estatutos. O resto, são alterações legais que decorrem da Lei e da atualização da Lei e portanto a ideia que temos é que estamos aqui a dar um pequeno contributo para que a Associação de Municípios do Carvoeiro fique mais tempo propriedade exclusiva dos municípios.”

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----

----- “Esta questão é uma questão importantíssima, já agora, Sever do Vouga faz parte da Associação? Não faz.-----

----- O que é que está em causa? A Associação de Municípios do Carvoeiro Vouga tem por objetivo fazer a exploração da captação do transporte da adução da água até aos centros de abastecimento, onde depois ela é encaminhada para os domicílios. A empresa que faz a distribuição é a ADRA, podem também ser municípios, neste caso, essencialmente nestes municípios é a ADRA. Quem faz a captação, o tratamento e depois o transporte, etc, é a Associação de Municípios do Carvoeiro Vouga, através de uma concessão que foi feita a uma empresa chamada Águas do Vouga.-----

----- Esta história é antiga, e previa o contrato de concessão que em 2016 cessaria. Entretanto, em 2012, veio a esta Assembleia, porque é assim que tem que ser, uma proposta de prorrogação do prazo da concessão a Águas do Vouga até 2026, no pressuposto de que a Águas do Vouga se comprometeria com uma série de investimentos relacionados com a expansão do Sistema Regional do Carvoeiro, que é o tal sistema que permite levar até aos pontos de distribuição a água que é captada no Carvoeiro.-----

----- Foram feitas as obras e, neste momento, o que se passa é que nos trazem uma proposta de alteração dos Estatutos da Associação com a qual nós concordamos em tudo exceto num ponto, é que sendo uma Entidade equiparada a pessoa coletiva de direito público, a Associação de Municípios do Carvoeiro Vouga está obrigada a um regime jurídico específico e vou ler *“Quaisquer que sejam as particularidades dos seus Estatutos e do seu regime de gestão tem de obedecer aos Princípios Constitucionais do Direitos Constitucionais do Direito Administrativo, aos Princípios Gerais da Atividade Administrativa e ao Código do Procedimento Administrativo, entre outras coisas.”* O que é que isto quer dizer? Quer dizer que para todos os efeitos, esta Associação, só pode fazer aquilo que expressamente constar nos seus Estatutos. E quem é que aprova esses Estatutos? Quem aprova esses Estatutos são as Assembleias Municipais, basta que uma Assembleia Municipal não aprove a alteração dos Estatutos e os Estatutos têm de ficar como estão e a Assembleia então, sobre a qual repousa a responsabilidade de aprovar ou não estes Estatutos, é a nossa e ainda bem que é assim porque aquilo que vem dizer o parecer que foi pedido a um jurista que trabalha para a Associação, é o seguinte: *“Onde se diz que as competências da Assembleia Intermunicipal permitem deliberar e autorizar a concessão de serviços públicos, passa a ler-se, deliberar e autorizar a concessão de serviços públicos e a alienação dos sistema de exploração o que contudo carece da aprovação por maioria de dois*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

*terços dos membros*“, ou seja, aparentemente, cria-se um bloqueio que obriga a uma maioria qualificada para que haja a alienação dos sistema de exploração.-----

----- Então isto parece que é bom, já aqui fiz esta declaração de princípios, sou absolutamente contra a alienação do Sistema de Exploração do Carvoeiro, absolutamente contra, admito discutir o assunto, mas é esta a minha posição de partida, sou absolutamente contra, seja a entidade pública, seja a entidade privada.-----

----- O que ocorre é que a interpretação que é feita, não apenas por mim, mas também por uma série de juristas, é que não constando dos Estatutos a possibilidade de alienar o Sistema, a alienação só pode ser feita fazendo-se uma alteração aos Estatutos que a permita e essa alteração aos Estatutos tem de vir às Assembleias Municipais. Se nós permitirmos que isto passe como está, a alienação passa a ser possível através de uma votação de dois terços por parte da Assembleia da Associação, e quem são os membros desta Assembleia? O Presidente de Câmara de cada um dos Municípios e dois Vereadores, por acaso, provavelmente, todos do mesmo agrupamento político, por exemplo em Águeda são todos dos Juntos, presumo que em Albergaria serão todos do CDS e por aí adiante. Portanto não existe verdadeira diferença, porque não estou a ver os Vereadores a votarem contra o Senhor Presidente de Câmara, não existe verdadeira representatividade dentro dessa Assembleia, para todos os efeitos temos um órgão deliberativo que deveria controlar a ação do órgão executivo, na verdade os dois órgãos representam uma e a mesma coisa, onde é que isto não acontece? É nas Assembleias Municipais.-----

----- Decisões tão importantes como a alienação dos sistema de exploração deveriam sempre passar pelas Assembleias Municipais, e qual é a única forma disso acontecer? É precisamente os Estatutos não preverem a alienação, porque nessa altura, para se fazer a alienação, é preciso vir aqui à Assembleia, às oito Assembleias e ser aprovado em todas as oito Assembleias.-----

----- A interpretação do Senhor Advogado a quem foi pedido parecer é que não, os senhores estão enganados porque a alínea e), do artigo 12.º, que fala das competências da Assembleia Intermunicipal diz: *“Compete à Assembleia autorizar o Conselho Diretivo a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis, nos termos da Lei em vigor “* e diz o jurista *“então se permite autorizar o Conselho Diretivo a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis, e se o património da Associação são só bens imóveis ou praticamente só bens imóveis, então isto permite fazer alienação do Sistema”*, mas não é assim, porque o objeto da Associação, vou ler *“A Associação tem por objeto promover, realizar e unificar a exploração do serviço público de abastecimento de água e a execução das respetivas obras, nas áreas dos municípios associados, designadamente de captação comum, tratamento, elevação e adução até aos centros de distribuição”*, ou seja, para a realização deste desígnio naturalmente a Associação tem de adquirir, alienar e por vezes



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

onerar imóveis, isto é fazer a gestão normal da coisa.-----  
---- Coisa completamente diferente é fazer a sua concessão ou fazer a sua alienação e é por isso que existe uma alínea diferente em que era falada a questão da concessão de serviços e agora é falada a questão da concessão de serviços e a alienação do Sistema de Exploração. ----  
---- Resumindo, consultei juristas a quem não disse a minha opinião, nem a minha interpretação sobre este documento e ambos, dois diferentes, disseram exatamente a mesma coisa “*Não, o que vocês estão a fazer é a abrir a porta à alienação do Sistema Regional do Carvoeiro*” é por dois terços dos votos da Assembleia da Associação de Municípios, é verdade, mas as Assembleias Municipais não vão ser tidas nem achadas, porque já estão a transferir essa poder através da aprovação deste Estatutos para a Assembleia Associação de Municípios do Carvoeiro Vouga, aquilo que é um poder desta Assembleia, se nós votarmos isto, será transferido diretamente para essa tal Assembleia que reflete exatamente a constituição do executivo.-----  
---- Por isso, Senhor Presidente, não é preciso mais conversa, porque se há duas interpretações jurídicas, quanto mais não seja pelo princípio básico da precaução, nós não podemos aprovar de forma nenhuma esta alteração dos Estatutos. Se pode ser assim ou pode não ser assim se há juristas que acham que uma versão está correta, aparece escrito pelo Advogado da Associação e há outros juristas que não têm ligação nenhuma à Associação que dizem “*Não senhor, vocês estão a abrir a porta à alienação do Sistema*” então há dúvida e havendo dúvida, nós devemos agir pelo princípio da precaução.-----  
---- Retirem esta disposição dos Estatutos, tragam-nos cá e têm o voto favorável do CDS, de certeza absoluta.-----  
---- Mantenham esta disposição nos Estatutos e nós votaremos contra.-----  
---- Já agora, a quem votar a favor, quero perguntar, a quem querem vocês alienar o Sistema de Exploração do Sistema Regional do Carvoeiro? É a Águas de Portugal? É alguma entidade privada? Se querem alienar, venham aqui e digam claramente que querem alienar, discutamos, a nossa posição de partida é ser contra, mas não é a nossa posição de chegada, podemos discutir aquilo que quiserem, têm de nos convencer, a nós e a todas as outras Assembleias porque o que parece aqui e vai-me perdoar Senhor Presidente, pode haver diversa interpretação, não há dúvida, até porque temos um jurista que escreve aquilo que escreveu, mas aquilo que nós temos aqui é, a nosso ver, uma ameaça e por precaução devemos chumbar esta proposta.”-----  
---- **Carla Eliana da Costa Tavares** – PS; -----  
---- “Senhor Deputado Miguel Oliveira vai-me permitir que hoje lhe diga uma coisa, que já lhe disse várias vezes o quanto a sua fisionomia me faz lembrar o seu tio, saudoso, Dr. Fernando Oliveira, que tive a sorte de ter como patrono e que hoje teria tido muito orgulho de o ter ouvido





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

aqui falar. Aliás acho que o Miguel errou na profissão, devia ter seguido os passos do seu tio e seguido a via da advocacia de direito que certamente teria tido muito sucesso.-----

----- Isto para dizer o quê? Que de facto tudo aquilo que o Miguel Oliveira aqui disse é a mais pura verdade, e não deixa de ser curioso e alarmante que nos queiram, aparentemente, convencer “não, o que estamos a fazer é a reforçar o poder de controlo da Assembleia” criando a ilusão“. Não, nós estamos a reforçar agora que é com dois terços, é possível mas só com dois terços” numa situação que antes sequer era possível, sem esta alteração dos Estatutos que agora se prevê, não era sequer possível proceder à alienação do Sistema.-----

----- E quanto a essa parte, e quando foi a última vez que discutimos aqui a questão das águas, fui uma das pessoas, da bancada e do Grupo Municipal do PS, que votou contra, e essa continua a ser a minha posição hoje, até porque a água é um bem essencial e deve ser preservado no domínio das pessoas, no domínio do coletivo, no domínio do Estado, porque é um bem essencial.-----

----- Não deixa de ser estranho porque toda a apresentação ou a exposição, depois diz-se “para adequar a versão atual do Estatuto foi formalizada por escritura pública em 2012, há necessidade de adequar a redação ao quadro legislativo vigente” e nada diz que quadro legislativo vigente é este, depois refere-se as alterações legislativas, mas de 2013, ora nós estamos em 2020, passaram sete anos. Pergunto, só agora é que deram por ela? O que é que vai acontecer em breve, para que passados sete anos, afinal é que veem que é necessário fazer esta adequação legislativa de acordo com a lei vigente? É simples, o Miguel falou aqui, é que a concessão pode em breve acabar, e Senhoras e Senhores Deputados esta se calhar é das decisão que se calhar tivemos que tomar nos últimos tempos, porque aquilo que está aqui em causa é a nossa responsabilidade de preservar aquilo que é um bem público ou de permitir que deixe de o ser, e da minha parte, espero que seja essa a posição de todos os membros desta Assembleia, votarei contra, votarei contra hoje, como votei contra há uns anos atrás, porque a água como um bem público deve ser preservado e aquilo que se preparam para fazer, porque se não fosse isso que se preparam para fazer, não havia necessidade absolutamente nenhuma de fazer esta alteração estatutária e esta alteração estatutária só tem uma única explicação, estão a preparar-se para alienar o Sistema e isso, Senhor Presidente de Câmara, nós não vamos permitir ou pelo menos, eu não vou permitir e parece-me que também há mais gente nesta sala que também não está com vontade de o fazer, por isso não pensem que nos enganam com essa história, “ah não, nós estamos a reforçar agora os mecanismos de controle” são dois terços”, antes não era possível, não estão a reforçar em nada.”-----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos** – PSD; -----

----- “Além do que aqui se falou, tenho mais umas coisas a dizer e não vou fazer esse juízo de intenção do que é que se está a preparar ou não, isso não consigo fazê-lo.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Mas a primeira nota que quero dizer é esta, é absolutamente lamentável que nós não tenhamos aqui a posição do jurista da Câmara de Águeda.-----

----- A Câmara de Águeda tem dois técnicos juristas, a Câmara de Águeda trabalha com três sociedades de advogados diferentes, recorri aos quadros de pessoal da Câmara que estão publicados, não sei se algum saiu ou não, mas é a informação que tenho, trabalha com a Sociedade Ricardo Cardoso, Maria de Magalhães, Raquel Beleza & Companhia, a Sociedade Raposo, Sá Miranda & Associados e com o Dr. João Fernando Pontes Amaro, com quem tem diversos contratos, e além de, pensava que eram dois, o Senhor Presidente corrigiu, só tem, pelos vistos, neste momento, um técnico jurista.-----

----- Estamos a falar de uma área que é muito importante, como disse a Carla, também votei contra esta concessão, na altura às Águas do Vouga, também na altura, votei contra a questão da ADRA, exatamente pelos mesmos princípios e porque estamos a falar daquilo que é o negócio do século, basicamente que é a água. Todos nós sabemos que a água é o negócio do século, portanto se levantámos aqui dúvidas na última Assembleia, não nos bastava ter a posição do advogado da Associação de Municípios do Carvoeiro, embora a Câmara seja sócia, nós temos aqui é que defender os nossos interesses do Município de Águeda, os interesses de Albergaria o Senhor Presidente da Câmara terá que os defender eles próprios, os de Estarreja a mesma coisa, os de Aveiro, o meu caro colega de partido, Ribau Esteves, também os terá de defender, mas estou aqui para defender os interesses de Águeda, por isso a primeira coisa que nós aqui devíamos ter é, perante as argumentações que ouvimos na última Assembleia, saber, junto dos juristas da Câmara, e para isto, se não tivermos, é que justifica contratarmos, sabermos exatamente se estamos ou não, qual é o caminho a seguir.-----

----- Digo isto porquê? Digo isto porque o Miguel explanou muito bem esta questão da concessão, basicamente a Associação de Municípios do Carvoeiro é que vende a água em alta à ADRA e para vender a água em alta, a Associação de Municípios do Carvoeiro concessionou esse serviço às Águas do Vouga.-----

----- A Associação de Municípios do Carvoeiro, se formos ver as contas nos últimos dois anos, tem resultados negativos correntes de um milhão e seiscentos mil euros, no ano de 2019 e no ano de 2018 um milhão e novecentos mil euros de resultados negativos, a Associação que nós temos doze por cento e que pertencemos à Associação de Municípios do Carvoeiro, evidente que uma parte grande destes resultados, se não a maior, tem a ver com as amortizações, com o investimento e por isso esta parte que aqui está.-----

----- Mas, se formos ver, as Águas do Vouga, esta sociedade que teve concessão até 2016 e agora tem uma concessão por mais dez anos, que pertence ao Grupo Aquaport, detida a cem por cento pelo Grupo Aquaport os resultados desta empresa, os resultados correntes no ano de 2019, dois milhões quatrocentos setenta e oito mil euros positivos, no ano de 2018 dois milhões



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

duzentos e vinte e dois mil positivos e por aí fora, resultados líquidos um milhão e novecentos mil no último ano. Portanto, a Associação de Municípios do Carvoeiro que é a que tem na realidade a posse da água dá um prejuízo enorme, mas concessionaria a uma sociedade que dá um lucro enorme com quinze trabalhadores, com uma massa salarial de quatrocentos e quarenta mil euros que é uma excelente massa salarial para quinze trabalhadores, portanto estamos a falar de uma sociedade que gera muito dinheiro. Esta sociedade a quem nós concessionamos o serviço, ela tem muito lucro e nós não temos lucro, temos muito prejuízo e somos nós, Águas do Carvoeiro, que vendemos a água à ADRA. Depois vamos dizer à ADRA para baixar o preço da água, ela não pode baixar o preço da água porque compra caro às Águas do Carvoeiro, porque há uma sociedade atrás que tem muito lucro e que se na altura, nós não tivéssemos feito aquele negócio em 2016, tinha acabado o contrato, os municípios tinham avançado para o investimento e hoje tinham este lucro para repartir ou por eles, para fazer novos investimentos, ou para baixar o preço da água.-----

----- Mas não só, se a gente vir no relatório de atividades da Associação de Municípios do Carvoeiro, na página três, diz-nos que ampliar o atual sistema, este que se fez em 2016, levamos com capacidade para fornecer água aos nossos municípios, a estes e mais alguns, até 2059. Quer dizer que, não sei se nós queremos vender, não sei o que é que está por detrás disto, nem estou a dizer que há alguma coisa por trás disto, agora, o que estão é condições muito apetecíveis para os municípios mais uma vez e no nosso caso mais uma vez, entregarmos aquilo que pode ser uma receita muito importante para o nosso Município a outros.-----

----- Insisto nisto, nós entregamos a concessão, não sei quanto é que recebemos desta concessão, não sei se o Senhor Presidente me sabe dizer quanto é que recebemos desta concessão que entregamos, sabe-me dizer Senhor Presidente? Entregamos esta concessão e a empresa tem um resultado líquido, depois de impostos, de dois milhões de euros, antes de impostos, dois milhões e quatrocentos, é excelente, pode-me dizer quantas empresas no Município de Águeda têm estes resultados com quinze trabalhadores, utilizando a nossa matéria-prima, utilizando tudo o que é nosso, basicamente tudo é nosso, porque inclusivamente as obras foram feitas com dinheiro nosso, porque só nós é que tínhamos capacidade é que estávamos com condições para nos podermos candidatar para fazer estas obras com o dinheiro que vem da Europa para nós, tudo é nosso.-----

----- Já falamos disto várias vezes, isto é só para enquadrar, Senhor Presidente, o raciocínio de há um bocado, não digo que haja aqui nada por trás escondido, não é nada disso, não estou a dizer isso, mas que há um grande negócio há e que nós Municípios devemos estar atentos a este negócio porque daqui a cinco anos vai terminar a concessão. É isto que está em causa e estaremos aqui nós aqui a abrir as portas para isto, é como o Miguel diz efetivamente com esta alteração passa a ser a Assembleia Intermunicipal e a Assembleia Intermunicipal, por acaso nos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Estatutos podia-se alterar isto, ela é composta pelo Presidente da Câmara e dois Vereadores dos Municípios que existem. Seria interessante conseguir-se, pelo menos, que um dos Vereadores fosse da oposição, não sei como isto é possível integrar ou não, tem a ver com princípios, do meu ponto de vista, em áreas desta abrangência porque naturalmente e normalmente os Presidentes de Câmara, como disse o Miguel e muito bem, todos, sejam do PSD, do PS, do CDS ou dos Juntos, vão indicar os Vereadores que estão a tempo inteiro, são aqueles que basicamente têm tempo para ir a estas reuniões, nós não estamos contra essa indicação, mas podia haver aqui uma posição ao nível da oposição.-----

----- Ao ver o relatório da Associação de Municípios do Carvoeiro, o relatório é referente ao ano de 2019, é feito, penso, que em fevereiro ou março, à volta disso, e diz o seguinte: *“Este documento está em fase de conclusão, mas como a Associação não foi notificada oficialmente”* dizem eles que ainda falta o segundo aditamento ao contrato de concessão, segundo premissas que foram comunicadas diretamente à concessionária, portanto, parece-me que no final de 2019, não sei se já está, se está, se não está, o segundo aditamento da concessão ainda não está terminado. A ERSAR está a pedir um conjunto de documentação à Associação de Municípios do Carvoeiro porque não concorda com os documentos existentes até à altura. Não sei se hoje já está ou não está, mas é importante nós também sabermos sobre isto, porque no fundo houve uma concessão, houve um segundo aditamento e ele ainda não está concluído. A ERSAR ainda está a levantar vários problemas sobre isso, aliás no relatório do revisor diz exatamente isto, o revisor da Associação de Municípios do Carvoeiro, põe uma ênfase no relatório *“atenção que ainda não está concluído o aditamento”* eles escrevem lá exatamente isso.-----

----- Mas é para enquadrarmos, percebermos o que é que estamos aqui a discutir, não estamos aqui a discutir trinta ou vinte mil euros para pôr ali a casa do Manel, não é isso, estamos aqui a falar de muito dinheiro.-----

----- Fazendo este enquadramento rápido, vamos então à questão da alteração dos Estatutos e sobre os Estatutos ainda tenho aqui mais uma questão ou duas interessantes, no ponto quatro dos Estatutos, artigo quarto, há aqui um acrescento que diz *“mediante deliberação da Assembleia Intermunicipal, sob proposta do Conselho Diretivo, poderá a Associação promover a distribuição de água ao domicílio em cada um dos municípios associados ou aos que preste serviços ou forneça bens”* este “ou” aos que preste serviços ou forneça bens é um acrescento, uma alteração ao regulamento, para que é que isto aqui está? Nós precisamos de saber. A Associação quer fornecer serviços ou bens sem ser a municípios que estejam associados à Associação de Municípios do Carvoeiro e Vouga, isto porquê? Porque depois o artigo sétimo, nos deveres dos associados, acrescentaram a alínea d) *“constituem deveres dos municípios associados, alínea a),b), c) “ e a alínea d) diz*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

o seguinte: “*comparticipar na proporção do seu capital nos investimentos da Associação*” ora bem, se a Associação decidir fazer, por exemplo um investimento para servir água a um município que não estes, porque agora é possível, nós em Águeda vamos ter que entrar com esta participação, quer queiramos quer não, antes não estava isto previsto, como não estava previsto, nós só tínhamos que participar nos investimentos se concordássemos, isto é uma alteração e esta alteração também altera muito o princípio do contrato, porquê? Porque esta Associação, nós temos doze por cento, doze e tal, esta Associação pode decidir agora fazer investimentos para fornecer o Município de Coimbra e nós, se formos ver mais à frente, até há um diferendo entre a ERSAR ao nível das tarifas da água porque o preço que a Associação dos Municípios do Carvoeiro está a aplicar é praticamente o preço que as Águas de Portugal estão a vender à Associação dos Municípios do Carvoeiro e, portanto, se amanhã decidirmos fazer novos investimentos porque há interesse em fornecer água a não sei quem mais, nem que isto dê mais prejuízo para a Associação dos Municípios do Carvoeiro, siga e Águeda paga, e quando foi feita esta Associação de Municípios, a ideia era fornecer a água para esta Associação de Municípios, foi este o princípio, há aqui muitas alterações a estes princípios que me levam a ter todas estas dúvidas e portanto, neste momento, com as condições que a gente tem, o nosso voto também é contra, pelo menos o meu voto também é contra este processo, não vejo, ainda que os outros municípios todos tenham achado que isto era muito importante, tenham todos votado favoravelmente, até estas questões estarem muito bem esclarecidas. Porque razão é que o Município de Águeda tem que, por decisão dos outros, fazer investimento aos quais pode não ter nada a ver com isto. Porque razão é que efetivamente, se é como diz o Dr. Miguel e muito bem, e é esse o entendimento, que estamos a passar a decisão da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal, e temos que perceber exatamente também da parte da Associação dos Municípios do Carvoeiro se é para terminar mesmo esta concessão em 2026. Temos que cumprir os contratos ou a ideia é continuar com isto. Não faz muito sentido o que está aqui a acontecer, estamos efetivamente a entregar uma exploração que é nossa a terceiros que nada têm a ver com isto.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “Quero dizer-vos o seguinte: isto é quase irónico, porque reparem numa coisa, tenho que vos contar uma história, desde já confesso que estou numa posição um bocadinho diferente e mais vantajosa relativamente a esta matéria às minhas convicções porque tenho estado na génese de todas estas questões, mas vamos lá então devagarinho para nós percebermos tudo o que é a Associação dos Municípios do Carvoeiro e o nosso historial no meio desta história toda porque temos histórias todas para lembrarmos e para contarmos.-----

----- Há algum tempo, há muito tempo, fui Presidente da Junta inclusivamente de Macinhata do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Vouga e sabia vagamente o que é que era o Sistema Municipal do Carvoeiro. Depois quando cheguei à Câmara tínhamos aqui um grave problema de abastecimento de água a todo o concelho. Lembro-me que, com a Eng.<sup>a</sup>. Dina Batel, com o pai do Sérgio, andarmos numa correria desenfreada, durante os meses de verão, e às vezes quando chovia, a deixarmos que subisse no reservatório de Recardães um bocadinho para fecharmos a água lá, para metermos no de Vale Grande, para metermos no da Cortal, para metermos ali ao pé do ciclo e aquilo andava tudo contado e não dava para nada, era um Sistema, passo a expressão, mas era uma coisa muito interessante que era o seguinte, tínhamos um conjunto de palhinhas todas dentro do mesmo copo, quando acabava num lado, acabava em todo o lado, tínhamos aí uma série de captações de superfície, como vocês sabem, e uma captação na Redonda que não era nem pouco mais ou menos aquilo que um dia prometeu ou prometeram que fosse, tínhamos aqui um problema de má qualidade da água. Lembro-me, por exemplo, a captação da Várzea que estava muito, muito, muito contaminada, nós usa-mo-la só agora, para a regra dos nossos jardins e para as bocas de incêndio, não sei se sabem? Agora não, temos efetivamente uma rede absolutamente fantástica no nosso concelho e fantástica é mesmo assim, em que temos água em qualidade e quantidade que, nomeadamente aqui há uns anos quando houve aquele problema no verão, passou por nós a questão do verão e dessa seca que vimos, por exemplo em Viseu, os autotanques levarem água para uma barragem, mais não sei quanto, vejam bem andavam a encher o rio nessa altura, passamos incólumes e com o problema completamente resolvido.-----

----- Nessa altura, quando chego e tínhamos essa realidade, um dia fui às captações da Associação dos Municípios do Carvoeiro, em Carvoeiro, na Freguesia de Macinhata do Vouga e quando lá cheguei, vi quatro bombas enormes, com uma dimensão incrível que abasteciam os concelhos de Albergaria, de Aveiro, de Ílhavo, de Estarreja e da Murtosa e ainda faziam chegar um bocadinho de água a umas freguesias de Ovar. Vi nessa altura uma coisa interessante, tínhamos um tubo de três quartos, sabem o que é três quartos de polegada? Estavam ligados ao reservatório que está no alto de Carvoeiro e que servia para alimentar esse reservatório e tínhamos um outro tubo com outra bomba pequenino com um calibre não maior que esta garrafa que vinha direito ao reservatório do Beco e que servia para alimentar uma parte da Freguesia de Macinhata do Vouga e depois, nessa altura, já se estava a pensar poder vir a abastecer a Redonda, o Salgueiro e o Moutedo, da Freguesia de Valongo do Vouga, porque com as obras da A25 tinham sido anulados os Sistemas que lá tinham.-----

----- Naquela altura, perante o problema que tinha e o que ali via relativamente aos outros, senti a nossa pequenez na Associação do Carvoeiro, nós tínhamos dois vírgula quatro por cento, porque na altura da constituição do Carvoeiro quem estava aqui na Câmara, entendeu e tinha outra opção que passava pela Redonda, aliás eu sei que no momento em que o Presidente da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Câmara de Aveiro e de Albergaria, na altura, contactaram o Presidente da Câmara de Águeda de então, a resposta que teve daqui foi muito simples, foi “Vocês estão a fazer isso para quê, nós vendemos água porque vamos ter água na Redonda que dá para abastecer este continente inteiro” nada disso aconteceu e eles naturalmente continuaram e Águeda para não ficar completamente de fora disse. *“Ok, já que estão a fazer a captação e é no nosso concelho, deixem lá uma bombazinha pequenina e um motor rabor para ligarmos a Carvoeiro e outro motor rabor para ligar ali ao Beco e abastecer aquele lugar de Macinhata que é quanto basta.”*--

---- A partir desse dia pugnei para que o Sistema do Carvoeiro evoluísse e nós pudéssemos ter, pelo menos, uma bomba daquelas grandes, e começamos a partir de algum tempo com a ampliação do Sistema e a ampliação do Sistema aconteceu. Aconteceu com recursos a fundos comunitários, uma obra de trinta e qualquer coisa milhões de euros, em que havia uma participação nacional que tinha que ser assegurado pelos municípios e nessa altura tínhamos uma série de municípios, já nem tanto o de Águeda, mas por exemplo o de Aveiro, que não estava minimamente em condições de aguentar esse tipo de investimento, e então foi aí que se resolveu o quê? Abeirarem-se da concessionária, que já era as Águas do Vouga, e a concessionária financiou integralmente a componente nacional desse sistema, a troco de quê? A troco da ampliação da sua concessão até 2026.-----

---- Entretanto, e agora vamos a isto, o que é que temos aqui em cima da mesa? Por parte do Governo começaram a haver insinuações de que queriam a verticalização do sistema, que passaria porquê? Pela integração da ADRA, pela Associação do Carvoeiro e ex CIRIA que está na ADSL. Curiosamente de entre os membros do atual Conselho Executivo do Carvoeiro, aparece este sentimento que partilho com vocês, *“não, isto é um principal ativo que aqui temos, nós temos que complicar até ao limite, daquilo que nos for possível, uma alienação deste Sistema”* e é através disto e sobretudo por isto que começa aqui esta alteração estatutária.-----

---- E sabem uma coisa? Estou absolutamente alinhado com tudo aquilo que vocês aqui dizem e não quero que seja alienada a Associação de Municípios do Carvoeiro, mas não quero mesmo e perante as dúvidas que vocês aqui colocam, e digo-vos uma coisa, estes documentos e estas três folhas de explicação do Dr. Dário Matos, que é quem preparou isto e me merece confiança, apesar de me trazer a minha convicção porque foi esse o propósito, e não há outro, falo por mim e pelos meus colegas que estão no Conselho Executivo do Carvoeiro, não há outro, o nosso propósito é o complicar. Reparem numa coisa, isto tem uma urgência tal que não tenho problema nenhum em retirar uma vez mais esta proposta, mas agora peço, vamos chamar os juristas que entendermos e vamos chegar a uma conclusão, e peço-vos um favor, não venha com armas secretas no último dia de novo para aqui, vamos resolver esta questão, estamos completamente alinhados, eu pessoalmente quero complicar o mais possível a alienação do Sistema do Carvoeiro.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Já o disse aqui e volto a dizê-lo, em 2026, já agora quero lembrar uma coisa, fruto desse mecanismo de financiamento através da concessionária para ampliação do sistema, Águeda passou dos dois vírgula quatro para doze vírgula oito por cento de capital social da Associação de Municípios do Carvoeiro que ficou altamente valorizada porque cada percentagem destas ficou muito mais valorizada com este sistema novo e ampliado que temos, e atenção a Câmara não investiu um cêntimo e entraram diretamente também para este Sistema o Município de Oliveira do Bairro e o de Vagos que também são neste momento acionistas e que entraram e que viram resolvidos graves problemas de água que tinham nos seus territórios.-----

----- Neste momento, volto a dizer, este sistema é um sistema de primeiríssima qualidade à escala mundial, nós podemos dizer com toda a segurança e convicção de que temos um dos melhores Sistemas do mundo e temos este Sistema aqui que nos serve a todos e muito bem, as nossa populações e quero-vos dizer o seguinte, a minha opinião para 2026, é que a concessão vá a concurso, de uma forma completamente livre, ou seja sem qualquer tipo de ónus de qualquer maneira, para que seja concessionado pelos municípios ou explorada pelos municípios e o ganho que será nessa altura muito significativo para os municípios acionistas que seja aplicado, preferencialmente, a diminuir o custo da água aos nossos municípios. É esta a minha opinião, é isto que hei-de defender onde quer que esteja, e, portanto, Senhor Presidente retiro esta proposta porque não quero que sobre a mínima dúvida, nem eu a quero ter.-----

----- Senhora Deputada, membro desta Assembleia, ainda bem que não me disse que sou parecido com advogado nenhum, porque não sou nem quero ser, não percebo nada ou melhor percebo muito pouco de Direito, acredito nas dúvidas que vocês tenham que sejam completamente legítimas, se as têm também fico com elas e quero que esta Assembleia aqui delibere na total convicção do que aqui estamos a fazer.-----

----- A minha proposta, que está aqui, é no sentido de complicarmos essa alienação desse capital.-----

----- Já agora uma nota porque também faz parte das nossas memórias, de alguns poucos que ainda aqui estamos desse tempo. Lembram-se o ex Presidente da Câmara, João Agostinho, ter vindo a esta Assembleia de uma forma já quase desesperada pugnar para que a ampliação fosse feita porque alguns membros desta Assembleia não queriam e estavam carregados de dúvidas? Lembram-se disso? Lembras-te Hilário? O Presidente da Câmara de Albergaria, na altura Presidente da Associação de Municípios do Carvoeiro, a meu pedido, disse-o aqui, é uma inconfidência, veio aqui tentar defender esta situação e tentar demover alguns que por acaso eram do partido dele, nessa altura, e que não queriam de maneira nenhuma a ampliação. Ainda bem, obrigado por agora defenderem com tanto afinco esta nossa Associação e a única coisa que vos digo é o seguinte, é irónico que vos passe pela cabeça que eu pudesse querer a alienação de uma coisa, para a qual tenho lutado durante anos e anos a fio, muito, muito, muito.-





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Está retirado o ponto.”-----  
----- Concluída a ordem de trabalhos, foi lida e aprovada a minuta da ata. -----  
----- E nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrados os trabalhos pelas zero horas e dezoito minutos, do dia trinta e um de outubro de dois mil e vinte, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata, que tem como suporte, gravação áudio e vídeo digital de tudo o que ocorreu na Sessão e que vai ser assinada pelo Presidente e pela Primeira Secretária da Mesa.-----

O Presidente da Mesa:

A Primeira Secretária: